
PEDRO TAQUES
UM PLANO DE GOVERNO
PRA MUDAR
MATO GROSSO

COLIGAÇÃO
CORAGEM E ATITUDE **PRA MUDAR**

PDT • PP • DEM • PSDB • PSB • PPS • PV • PTB • PSC • PSDC • PRP • PRB • PSL

Este Plano foi estruturado em linhas gerais, com o objetivo de apresentar à comunidade mato-grossense nossa carta de compromissos. O processo de debate com a sociedade nos proporcionará o amadurecimento necessário para aprofundamento dos compromissos nele contidos.

Com este Plano de Governo contribuiremos, democraticamente, para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, bem como instituiremos programas que promovam a melhoria das Políticas Públicas a serem oferecidas à sociedade.

APRESENTAÇÃO

O Brasil exige mudanças profundas, e foi às ruas dizer isso. Mato Grosso exige mudanças profundas.

É preciso entender o que a sociedade tem expressado de forma tão contundente nos movimentos de rua. A partir desse entendimento, todos nós que temos responsabilidades públicas precisamos construir alternativas para que o Governo do Estado atenda, com ações imediatas e políticas apropriadas, aos anseios dos cidadãos.

O clamor dos brasileiros não é por aspirações inalcançáveis ou irreais. Ao contrário, a população reivindica o básico que uma sociedade que trabalha e contribui tem direito a receber dos governantes: serviços públicos de saúde, educação, segurança e mobilidade urbana; valores de honestidade, ética e moral no trato com a coisa pública. Enfim, o que deveria ser considerado e oferecido como pressuposto natural e indissociável da vida pública – mas infelizmente não tem sido em nosso Mato Grosso.

Nos últimos anos, em razão do esforço e da luta do povo brasileiro, tivemos no país significativas conquistas econômicas e sociais. Isto fica claro nos avanços de alguns indicadores importantes de renda e desenvolvimento humano. Esses avanços, porém, não se fizeram sustentáveis; não tivemos ações sistemáticas e organizadas que garantissem, de forma irreversível e ascendente, a manutenção das conquistas no dinamismo da economia e na inclusão social. Essa é a direção que o povo brasileiro nos dá: cidadãos e cidadãs exigem que as conquistas sociais fiquem asseguradas, não sejam ameaçadas quer pela luta política, quer pela insegurança econômica, quer pelo desvio dos princípios republicanos.

Uma imensa responsabilidade recai sobre nós que atendemos ao chamado da vida pública para nos colocarmos à frente dessa luta. Cabe a nós detectar e afastar a influência perversa de grupos minoritários e poderosos, que capturam o poder estatal para usá-lo em benefício próprio, seja pelo clientelismo rasteiro, seja pelas grandes distorções das políticas públicas que geram benefícios concentrados para poucos privilegiados. Cabe-nos também reconquistar, pela conduta irrepreensível, a confiança que a cidadania já não mais confere à prática política. Por fim, é nosso dever construir instituições e aplicar políticas que assegurem, de forma sustentada, a proteção social e as oportunidades econômicas para todos os cidadãos mato-grossenses e brasileiros.

Minha resposta a esse chamado tem como ponto de partida a dignidade e o espírito público em pe-
nhor dos quais posso oferecer os quatro anos de minha atuação no Senado da República. Lá defendi
não só os interesses de nosso Estado, mas também o bem comum e a qualidade institucional de
nossa democracia e de nosso estado de direito, em prol de todos os brasileiros. Empenho, nesta eta-
pa, os valores que nortearão minhas iniciativas: a honestidade, a eficiência, a transparência e a
igualdade.

Este Plano de Governo é o caminho que, colocando em movimento essas premissas de dignidade e
espírito público, proponho para os próximos passos de Mato Grosso.

Mais que uma simples carta de intenções, é um compromisso que ofereço à sociedade mato-
grossense. Não pretende ser um produto acabado, pois nenhuma ação governamental será bem pla-
nejada e conduzida se não o for a partir do diálogo constante com os segmentos da sociedade, as
organizações empresariais e sociais e os cidadãos, desde a sua concepção até a finalização e fiscali-
zação. É uma proposta de trabalho que demonstra aos mato-grossenses as visões e os esforços que
já fizemos para compreender em profundidade a realidade de nossa terra, e desenvolver as respostas
aos nossos problemas e desafios. Essa proposta é também uma obra aberta, concebida como um
ponto de partida para incorporar sugestões, críticas e reivindicações da sociedade de Mato Grosso,
por meio dos diálogos e debates que são a essência de uma campanha eleitoral.

Com as linhas gerais e as medidas concretas aqui delineadas, somadas à contribuição de todos
aqueles que se juntarem a este esforço comum em favor do nosso Mato Grosso, poderemos começar
a construir desde já a sociedade dinâmica, próspera, justa e acolhedora que queremos e que o nosso
povo merece.

PEDRO TAQUES

INTRODUÇÃO GERAL

Este documento apresenta alguns compromissos que nortearão as mudanças que consideramos mais importantes para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população de Mato Grosso.

Partimos de um diagnóstico dos principais problemas do Estado, elaborado a partir de estudos setoriais e dos dados estatísticos disponíveis, bem como da valiosa colaboração de técnicos e representantes dos diferentes setores da sociedade que nos trouxeram sua visão sobre a realidade mato-grossense. Pude validar esse diagnóstico por ocasião das inúmeras conversas, visitas, discussões e debates dos quais participei ao promover, como Senador da República, o desenvolvimento e os legítimos interesses de Mato Grosso no contexto nacional.

Desses diálogos surgiram propostas que, tomando por premissa a postura de responsabilidade na gestão fiscal, têm foco na melhoria gradativa e contínua da qualidade dos serviços públicos essenciais prestados à toda a nossa população.

As informações e proposições foram organizadas em torno de 5 Eixos Estruturantes, que representam os diferentes aspectos dos desafios que se apresentam à ação do governo estadual nos próximos quatro anos:

Viver Bem – é o conjunto dos serviços públicos que atendem às necessidades mais fundamentais e diretas das pessoas, responsabilidade primeira e prioridade absoluta do Estado. Nesse Eixo tratamos das medidas relativas à saúde, à segurança pública, às políticas sociais e de proteção aos menos favorecidos.

Educar para Transformar e Emancipar – a educação de nossas crianças, jovens e adultos é tão importante e prioritária para Mato Grosso que é tratada em um Eixo específico, onde se materializam as nossas aspirações e ideias para oferecer educação de qualidade à nossa gente.

Cidades para Viver Bem: **Municípios Sustentáveis** – a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente são garantidas por ações conjugadas que ocorrem na sua rua, no seu bairro, no município onde mora, seja na zona rural, seja nos núcleos urbanos. É para lá que se destinam as políticas de habitação, regularização fundiária e urbanística, mobilidade, acessibilidade e proteção ambiental. Em escala ampliada abrangem as iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional e metropolitano.

Estado Parceiro e Empreendedor – neste Eixo, abordamos as medidas de incentivo e regulação das atividades econômicas que são a base da prosperidade de nossa gente, fazendo do governo estadual um parceiro do setor produtivo; aqui se reúnem as políticas gerais de tributação, logística e fomento econômico, bem como aquelas especificamente destinadas aos setores econômicos, como a agropecuária, a indústria, a mineração, o comércio e o turismo, entre outras.

Gestão Eficiente, Transparente e Integrada – as políticas sistêmicas de gestão contempladas neste último Eixo dão respostas aos desafios que o governo estadual enfrentará, nos campos fiscal e administrativo, para cumprir os objetivos de prestação de serviços lançados nos Eixos anteriores, que exigirão competência, transparência e eficiência da estrutura administrativa do Estado.

O estudo de cada política levou-nos ao entendimento de que elas formam vasta rede conectada, interferindo positiva ou negativamente umas nas outras. Por conseguinte, a sua aplicação deverá promover a interação entre os diversos órgãos de governo, destes com a sociedade civil e com outras entidades que, na condição de parceiras, serão inseridas em inúmeras ações, tendo em vista contribuir com a melhoria na prestação dos serviços a nós confiados e, dessa forma, mudar para melhor a vida de toda a nossa gente.

EIXO 1

VIVER BEM

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade pressupõe determinadas condições e avanços em diversas áreas sociais. Quando o Estado não garante um ambiente comunitário salubre para as pessoas, ele não contribui para o bem-estar humano e desenvolvimento social. Análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atesta que Mato Grosso tem IDH-M inferior (0,725) à média nacional (0,727) e que certos municípios têm bons indicadores sociais e tantos outros encontram-se em situação vulnerável, com baixo desenvolvimento humano e social. Podemos concluir que Mato Grosso tem desempenho menor do que os demais estados da federação e apresenta desigualdades intermunicipais acentuadas (tabela 02).

Tabela 02. Diferenças de IDH-M dos municípios e posição no ranking estadual.

Municípios com IDH-M 2010 alto			Municípios com IDH-M 2010 baixo		
Municípios	IDH-M	Posição	Municípios	IDH-M	Posição
Cuiabá	0,785	1º	Campinápolis	0,538	141º
Lucas do Rio Verde	0,765	2º	Nova Nazaré	0,595	140º
Nova Mutum	0,758	3º	Porto Estrela	0,599	139º
Rondonópolis	0,755	4º	Barão de Melgaço	0,600	138º
Sinop	0,754	5º	Cotriguaçu	0,601	137º

Fonte: PNUD/IPEA/FJP citado por SEPLAN (2013).

A atuação do nosso governo pretende ir ao encontro das necessidades e das expectativas da população. Vamos combater os problemas com o intuito de qualificar a vida dos mato-grossenses e, ao mesmo tempo oferecer-lhes a oportunidade de sonhar com uma realidade muito melhor e tangível. Sem prejuízos de outros temas relevantes, definimos 5 frentes de trabalho:

- Saúde
- Segurança
- Esporte e Lazer
- Cultura
- Ação e inclusão social

A reunião das referidas áreas mostra-se importante para proporcionar a todos, sem qualquer distinção, os meios e as condições necessárias para o trabalho e vida em sociedade. Sem a preocupação de hierarquizar valores sociais, saúde e segurança são áreas que se destacam na administração pública, já que a prestação dos serviços de saúde e a resposta do Estado à criminalidade e à violência

estão muito aquém do desejado. Não sendo de outra forma, impera uma sensação de desamparo. A população não tem certeza da atenção que irá receber nas unidades de saúde (postos e hospitais), nem da prestação policial e judiciária.

Por outro lado, as áreas de lazer, esporte, entretenimento, cultura, ação e inclusão social podem proporcionar maior tranquilidade aos mato-grossenses. O Estado não pode apenas tratar emergencialmente dos problemas sociais, ele deve promover o conforto e o bem-estar da população a partir de políticas públicas mais interativas, aquelas que incentivam as relações interpessoais e, ao mesmo tempo, setores dinâmicos da economia estadual: cultura e entretenimento. Nossos compromissos são romper com a tradição de autoritarismo, repressão social e assistencialismo, assumir novas posturas na gestão da coisa pública e das identidades: Estado parceiro e amigo da população; e incentivador dos segmentos do setor terciário moderno.

Desenvolver ações e aplicar recursos públicos na área social é investir em nossa gente, garantir vida digna com qualidade e oportunidades para todos, além de emprego, renda e recursos para o Estado.

SAÚDE

SITUAÇÃO ATUAL

Gestão pública temerária e agravamento da saúde pública

A saúde pública é uma das áreas sociais mais importantes, pois não só demonstra a prestação de serviços essenciais e a ocorrência de doenças, mas também evidencia a qualidade de vida da população. A saúde não pode ser vista apenas como a estrutura predial e técnica existente, pois envolve o ambiente social, especialmente as condições de vida nos municípios, os conhecidos fatores condicionantes – alimentação, moradia, saneamento, trabalho, entre outros. Saúde é um assunto de interesse público e direito fundamental da pessoa humana.

Em Mato Grosso, a situação é muito preocupante, tendo em vista o quadro geral da saúde da população e a ineficácia do Sistema Único Estadual, ou seja, no estado são elevadas as taxas de incidência de doenças (hanseníase, tuberculose, leishmaniose visceral e tegumentar americana, malária, dengue, hantavírus, hepatite tipo B) e é crítica a oferta dos serviços de saúde, perceptível pela demora e precariedade na realização de procedimentos e atendimentos, e também pela falta de leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo (especializados e não especializados).

A população de Mato Grosso não aceita mais conviver com atrasos deliberados de recursos públicos que deveriam estar nos municípios e desaparecem na burocracia do governo, ora por incompetência, ora por má fé. A existência de casas de apoio em Cuiabá para receber pessoas que necessitam de tratamento de saúde vindas do interior e que são bancadas por políticos, expressa uma verdadeira confissão da ineficiência do setor. O Estado de Mato Grosso, no nosso governo, vai garantir o direito ao cidadão mato-grossense de ser atendido e tratado na cidade onde mora.

Esta área deve envolver esforços e ações da Administração Pública e da iniciativa privada nas diferentes escalas e esferas de poder de maneira a proporcionar o melhor nível de oferta e de qualidade dos serviços de saúde e o desenvolvimento institucional do SUS. Isto porque ninguém pode ser privado de receber tratamento eficiente e humano, importante para cada pessoa, mas também para a coletividade e para o poder público face tantos motivos, como cuidar da integridade física e mental, para manter o indivíduo no convívio familiar e produzindo no mercado de trabalho.

As atribuições do Estado na saúde e no Sistema Único de Saúde estão definidas constitucionalmente e por leis especiais (Lei n. 8.080/1990). Em linhas gerais o Estado tem que promover a descentralização e prestar apoio técnico e financeiro aos municípios, implementar e monitorar redes hierarquizadas do SUS e executar programas de saúde relacionados aos serviços e ações de média e alta complexidade. Com a certeza do papel do Estado na saúde pública, definimos nosso enfoque e as medidas necessárias à universalização do acesso e à integralidade de assistência na área de saúde pública.

COMPROMISSOS NA SAÚDE

Desenvolvimento político, institucional e humano da saúde

Neste campo de trabalho, daremos ênfase a 3 estratégias:

1. Cooperação entre Estado e Municípios com foco na atenção básica
2. Regionalização dos serviços e ações de média e alta complexidade
3. Humanização e eficiência do SUS no estado

Estamos convencidos de que a prevenção é a melhor forma de atuação estatal. A atenção básica, primeiro nível de cuidado assistencial e médico a ser ofertado pelo poder público, deve ser uma prioridade do governo estadual, que deve ajudar os municípios na prestação destes serviços: vacinação, atividades educativas e de planejamento familiar, visitas de equipes de saúde da família e de agentes comunitários de saúde, farmácia, consultas e atendimentos médicos e odontológicos.

A saúde preventiva da família envolverá núcleos e equipes especializadas multidisciplinares suficientes para prestar assistência integral, contínua e de boa qualidade à população. Devemos enfrentar os fatores de risco e promover práticas que garantam melhor qualidade de vida e que mantenham o bom estado de saúde das pessoas. Agindo assim, não haverá sobrecarga no Sistema Único de Saúde, nem gastos desnecessários com intervenções médicas, já que o usuário foi atendido no momento oportuno. Visando efetividade da estratégia, é de nosso interesse estender e especializar a saúde preventiva, atingindo grupos e minorias em situação de vulnerabilidade social: menores, mulheres, idosos, deficientes, comunidades tradicionais, usuários de drogas e álcool, pessoas com transtornos psiquiátricos.

Atualmente, a municipalização da saúde não atende às demandas no setor, isto é, observamos que os municípios estão suportando ônus demasiado, os mesmos não têm as condições técnicas e financeiras para garantir o atendimento digno e eficiente aos usuários do SUS. O estado não pode ser um expectador do sofrimento da população, como vem acontecendo em Mato Grosso, onde existem sistemas municipais isolados, superlotados e sucateados.

Ao mesmo tempo, a descentralização política na saúde, atualmente desempenhada pela Secretaria de Estado de Saúde, se confunde com o abuso de poder e ilegalidades na prestação de serviços de saúde de competência administrativa do estado – vejamos os casos dos hospitais regionais entregues às organizações sociais de saúde. Foi escolhido um modelo arriscado de gestão das unidades de saúde, que tem possibilitado corrupção e péssimo retorno à população, por isso devemos reestruturar o setor, implementar, de fato, a rede estadual de saúde, apoiada em medidas de microrregionalização e no bom funcionamento da Estrutura Organizacional Administrativa da Saúde e da Central de Regulação. Assim, teremos equilíbrio nas relações oferta/demanda e custo/benefício, e disponibilizaremos serviços de alta e de média complexidade para todas as regiões de Mato Grosso.

A vida é o bem mais precioso. Não podemos admitir a sua mercantilização, muito menos o sucateamento dos serviços de saúde. Todas as pessoas envolvidas no Serviço Único de Saúde (gestores, servidores, usuários) devem estar sensíveis e comprometidas com a melhoria da saúde pública no Estado. Defendemos dois caminhos entrelaçados: do bem-estar e satisfação do usuário; e da humanização e eficiência do SUS,

Para tanto, entendemos ser necessário mudar a visão política da saúde no estado. Isto implica: praticar novos métodos e ações mais inclusivas na área; implementar novas tecnologias e procedimentos administrativos inteligentes; formar e qualificar de forma contínua os profissionais da saúde; construir redes de articulação federativa (políticas microrregionais de saúde); incluir as municipalidades na gestão da Central de Regulação; manter abertos os canais de diálogo com a sociedade e com o usuário, possibilitando a participação e o controle social; avaliar permanentemente os sistemas e os serviços de saúde.

- Resgatar a função do Estado na gestão de ações e serviços de saúde à população.
- Efetivar a regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde.
- Fazer funcionar, com excelência, os hospitais regionais existentes e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões do estado para serviços de média e alta complexidade, através da ampliação de hospitais estaduais e da construção de novos, além de outras unidades de saúde (UPA, CAPS, CEO).
- Priorizar a eficiência e a equidade nas ações e serviços prestados, humanizando e melhorando a qualidade do atendimento.
- Implementar política de tecnologia da informação.
- Fomentar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão.
- Efetivar a regulação, avaliação, auditoria e controle social do SUS.
- Ampliar serviços de atenção básica, em parceria com os municípios, e da vigilância em saúde.

- Fortalecer o Sistema Estadual de Assistência Farmacêutica, o Laboratório Central de Mato Grosso e os Serviços de Apoio, Diagnóstico e Terapêutica (SADT).
- Otimizar a distribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de UTI disponíveis pelo Sistema Público de Saúde, e gerenciar melhor sua utilização pelo sistema.
- Dar prioridade para gestão de unidades e serviços de saúde, sob a responsabilidade direta do ente estadual e para serviços próprios e filantrópicos na aplicação de recursos.
- Reestruturar os serviços de atenção psicossocial no estado.
- Desenvolver serviços de atendimento à urgência e emergência, incluindo o serviço móvel de urgência;
- Implementar políticas de saúde intersetoriais e transversais, relacionadas às questões ambientais, sanitárias e às demandas das populações e grupos vulneráveis.
- Reformar a política de transplante no Estado.
- Priorizar ambientes de serviços adequados às necessidades técnicas e da população usuária.
- Valorizar a atuação dos servidores do Sistema de Saúde de Mato Grosso.
- Buscar fixar os profissionais de saúde nas regiões mais distantes.
- Implantar política de educação permanente em saúde.
- Implementar ações e serviços de saúde bucal.

SEGURANÇA

SITUAÇÃO ATUAL

Avanço da violência e da impunidade e insegurança do cidadão

O crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, isto é, o aumento do Produto Interno Bruto, contrasta com os altos índices de criminalidade e violência. Sabemos que a produção de riquezas e a geração de empregos não são suficientes para oportunizar a todos trabalho e renda, em verdade, existe forte tendência de concentração do capital e de exclusão dos menos favorecidos neste processo, daí o papel do Estado e a necessidade de justiça social. Entendemos que a criminalidade é um fenômeno complexo, movida por fatores biopsicológicos e sociológicos, mas ainda assim o Estado é o principal responsável pela redução das tensões e garantia da harmonia social.

Analisando dados de Mato Grosso (Anuário da Segurança Pública, 2013) podemos pontuar que: a escalada da criminalidade vem aumentando, especialmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Está em curso a interiorização da violência, ou melhor, as aglomerações urbanas permanecem com elevadas taxas de criminalidade, mas outras regiões também se destacam neste “mapa do crime”. Existe um triste perfil dos sujeitos envolvidos e afetados pela violência (autores e vítimas), este retrato deixa claro que se trata de problema crônico, agravado pela deficitária capacidade de resposta do Estado.

De uma lista de 18 crimes, 12 deles cresceram em números absolutos e em taxa por 100 mil habitantes (Anuário da Segurança Pública, 2013). As estatísticas mostram que crimes contra a vida e contra o patrimônio são muito recorrentes, sem falar da problemática da cifra negra, ou seja, crimes que não são contabilizados nas pesquisas em virtude da ausência de comunicação do ilícito às autoridades, o que também demonstra o descrédito da população nas instituições de segurança pública. No geral, os crimes letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte) e os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) são numerosos e causam prejuízos emocionais e financeiros. Aliás, combater o crime é proteger o cidadão e resguardar patrimônios.

A democratização da violência vem acompanhada da mobilidade do infrator, logo, a criminalidade organizada e não organizada está expandindo continuamente sua área de atuação, empregando esforços em novas regiões do estado e nichos do mercado clandestino (tráfico de pessoas e drogas, roubo de cargas, roubo a bancos e “novo cangaço”, crimes contra a administração pública, redes de exploração sexual, crimes virtuais e outros). Os municípios com os maiores índices de criminalidade e vitimização, segundo Relatório do TCE/MT (2011), são, pela ordem: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Cáceres, Tangará da Serra, Confresa e Pontes e Lacerda (praticamente todas as regiões do estado: sul, sudeste, centro-norte, sudoeste, oeste, nordeste e sudeste, respectivamente).

O retrato da violência em Mato Grosso escancara a sociedade injusta e segmentada que temos. Os delinquentes possuem características em comum, mas o que mais assusta, no caso específico de violência homicida, é o perfil homogêneo das vítimas: jovens, negros e pobres. Ademais, atentemos para a situação de vulnerabilidade das crianças, mulheres e idosos em seus lares e na sociedade, para os dramas do abandono familiar, da violência doméstica e do desamparo. A criminalidade tem muitas facetas, não é seguro padronizar o fenômeno nem estabelecer medidas repressoras invariáveis, por isso já trabalhamos, no Congresso Nacional, o direito de assistência à vítima e aos seus dependentes, proposta inovadora que consta no Estatuto da Vítima (Projeto de Lei do Senado n.º 518/2013).

Diante dos dados e fatos expostos, constatamos um cenário de guerra urbana em Mato Grosso, que tende a piorar com a combinação de diversos fatores relacionados à má administração: déficit no efetivo das polícias civil e militar; estrutura administrativa precária (prédios, instalações, mobília); falta de condições de trabalho (alimentação, materiais, sistema de informática) e equipamentos (viaturas, armamento, coletes). Assim sendo, o Estado não consegue prestar um serviço de qualidade para o cidadão – socorrer a vítima, dar assistência à família e demais prejudicados, prevenir e reprimir o crime – ao contrário, ele potencializa os efeitos da violência nas cidades, produz artificialmente uma clientela prisional e difunde a cultura do medo e da insegurança.

A segurança pública, constitucionalmente, deve ser uma prioridade do Estado, e do nosso certamente será. Pretendemos reformular a noção e a forma de atuação das corporações de segurança pública (polícias militar e civil, bombeiros e defesa civil), assegurando condições de trabalho e valorização profissional dos servidores, eficiência na resposta estatal e atendimento adequado ao cidadão.

COMPROMISSOS NA SEGURANÇA

Investimentos e integração das instituições de segurança pública para enfrentamento do crime.

Embora a criminalidade e a violência tenham assumido patamares alarmantes, a atual gestão insiste no corte de despesas públicas e no consequente sucateamento dos órgãos de segurança. Nossa visão é diametralmente oposta, não podemos cortar gastos governamentais (policciamento, defesa civil, serviços de informação e inteligência), como foi feito nos últimos anos, sob pena de sermos cúmplices da bandidagem. Imprescindível é resgatar a admiração da sociedade pelas instituições, e isso deve ser feito com o aumento dos investimentos no setor, de maneira que a Polícia Militar consiga reprimir o crime, que a Polícia Civil exerça seu papel investigativo, que o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil atendam satisfatoriamente às demandas.

O primeiro nível de investimento deve ser em pessoal e em condições de trabalho, pois um profissional só pode exercer satisfatoriamente suas funções se for valorizado e se tiver os meios necessários para tanto. O compromisso é ter, nas corporações, quadros de pessoal em número suficiente e bem remunerados, isto porque a redução no contingente não pode ser um problema dentro das instituições, ao contrário, a saída de servidores deve motivar aposentadoria segura e o reconhecimento do profissional pelos serviços prestados.

O segundo nível de investimento será direcionado às instalações, à construção de ambientes sociais especializados e adaptados à prestação dos serviços. O cidadão quando procura determinado órgão deve ser bem recebido, acomodado em local correto, ouvido e atendido por profissional capacitado. Não devemos dar continuidade a procedimentos policiais burocráticos realizados em lugares insalubres, aliás, é vergonhoso o estado dos prédios públicos das corporações, delegacias e unidades prisionais, locais que depõem contra a dignidade do ser humano. Estrutura administrativa em boas condições físicas e sanitárias é o mínimo que o Estado pode proporcionar, mas vamos além, iremos inovar na prestação dos serviços – construiremos espaços particularizados, destinados ao melhor atendimento do cidadão e da vítima (violência doméstica, crime sexual, entre outros).

O terceiro nível de investimento concentra-se na área de inteligência dos órgãos policiais. Em outros termos, a implementação de métodos e práticas afetos à tecnologia da informação pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da capacidade das corporações. De tal forma, muitos setores das instituições serão contemplados com tamanha mudança na rotina administrativa policial e judiciária, como: cartórios; delegacias; corregedorias; gerência de operações; coordenadorias (IML, POLITEC); unidades prisionais, Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos. Esta proposta está em perfeita sintonia com a ideia de articulação das instituições de segurança pública, fomentar o trabalho em conjunto das polícias civil e militar é, de fato, fortalecer o aparelho estatal de justiça e de repressão ao crime.

- . Modernizar a estrutura administrativa policial e judiciária e estimular a atuação conjunta das polícias civil e militar.
- . Ampliar e reestruturar órgãos e delegacias no estado.
- . Reativação das delegacias distritais, podendo funcionar compartilhando com a PM em algumas das bases comunitárias que possuem espaço físico subutilizado.
- . Restruturação dos plantões metropolitanos visando prédios adequados e com melhor localização e estrutura para a população.
- . Ativar a delegacia de fronteira em Porto Esperidião, com a administração e inteligência em Cuiabá.
- . Ampliação e reestruturação da Delegacia Fazendária e criação de divisão voltada para apuração de crimes relacionados ao DETRAN-MT.
- . Reestruturar o sistema prisional do Estado e expandir as vagas do Sistema Prisional.
- . Criar programa de governo prioritário para redução da criminalidade, englobando ações governamentais integradas por todos os órgãos de segurança pública e demais Secretarias de Estado que possam colaborar com ações de caráter preventivo.
- . Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança Pública e o Policiamento Comunitário e as Ouvidorias, estabelecendo um canal aberto do Governo com a Sociedade para os problemas de Segurança Pública.
- . Fortalecer as ações de combate ao tráfico de drogas e as ações sociais de prevenção à criminalidade.
- . Realização de fóruns regionais de Segurança Pública para discussão com a sociedade dos problemas locais de cada comunidade.
- . Criação do pós-atendimento, para mensuração de resultados de satisfação, correção de procedimentos, suporte à vítima de crimes violentos.
- . Promover ações específicas voltadas para a redução de acidentes de trânsito em parcerias com outras secretarias e órgãos municipais.
- . Implantar Sistema de Gestão pela Qualidade na área de segurança pública.
- . Fortalecer a atuação das Corregedorias.
- . Formalizar e padronizar as parcerias e as relações entre as instituições.
- . Instituir e manter estruturas mínimas funcionais por órgão.
- . Construir locais e ambientes especializados no atendimento ao cidadão e à vítima.
- . Implementar Sistema Único de Tecnologia da Informação, interligando as instituições de justiça criminal e órgãos públicos.
- . Reconhecer, valorizar e capacitar continuamente o servidor da área de segurança pública.
- . Desenvolver programas e projetos direcionados à prevenção do crime e educação contra a violência e problemas ambientais (por exemplo, incêndios).
- . Investir em atividades de inteligência estratégica.
- . Fazer gestões junto ao Governo Federal para que este assuma seu papel constitucional de garantir a segurança da fronteira, evitando assim a entrada de armas e drogas no Estado.

ESPORTE E LAZER

SITUAÇÃO ATUAL

Ausência de políticas públicas e de compromisso social

O crescimento demográfico no Estado de Mato Grosso sinaliza que somos mais de três milhões de habitantes, aproximadamente 82% vivendo nas cidades. Esta numerosa população precisa de opções de lazer, esporte e entretenimento, atividades essenciais ao desenvolvimento integral da pessoa humana e ao bom convívio social. Em verdade, as práticas recreativas e desportivas são fundamentais para redução de problemas sociais e formação de capital humano.

Nosso estado, em razão dos aspectos territorial, ambiental e populacional, possui boas perspectivas para ampliação da cidadania por meio das áreas mencionadas. Temos que investir na inclusão social, no entanto, notamos, com preocupação, que as pastas especializadas não conduzem a política pública setorial com afinco. Os programas e ações não possuem a necessária articulação institucional. Existem apenas iniciativas esparsas, baseadas em projetos pontuais, que não produzem efeitos sociais concretos. Construir uma sociedade justa e fraterna envolve medidas e ações governamentais relativamente simples, mas bem planejadas e estruturadas no âmbito das demais políticas de governo.

COMPROMISSOS

NO ESPORTE E LAZER

Engajamento do Estado e fortalecimento da cidadania

A iniciativa privada oferece produtos e serviços que proporcionam diversão aos consumidores, ou seja, para uma camada da população que tem recursos financeiros. Contudo, as classes sociais menos favorecidas dificilmente podem acessar esta parcela do mercado sem comprometer a renda familiar. Desse modo, cabe ao Estado estimular as atividades recreativas e desportivas, tanto amadoras quanto profissionais. Agindo assim, o poder público contribui para o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais da população e para o bem-estar social.

Nossa postura ratifica a inclusão social por meio do esporte e do entretenimento, as ações nesta direção são importantes para: manter as crianças, adolescentes e jovens na escola e fora de situações de risco, longe das drogas; melhorar a qualidade de vida, sobretudo de deficientes e de idosos; proporcionar trabalho e renda aos atletas amadores e profissionais; diversão e entretenimento para toda a população, ao mesmo tempo em que a reunião dos diferentes grupos viabiliza a interação e fortalece o respeito mútuo, características de uma sociedade pluralista.

Mato Grosso precisa se inserir nacionalmente com projetos de relevância na área esportiva. Na área de lazer, esporte e entretenimento, o Estado deve ser parceiro dos segmentos que atuam no setor para que tenhamos uma sociedade dinâmica e de bem com a vida.

- . Reformular programas e implementar ações governamentais que incentivem práticas recreativas e desportivas.
- . Estimular projetos e investir em eventos de promoção do lazer, desporto e diversão.
- . Desenvolver iniciativas que ampliem a participação de grupos vulneráveis (menores, idosos, deficientes, indígenas e outros) em atividades de lazer e esporte.
- . Formar e qualificar profissionais no setor, sobretudo apoiar financeiramente atletas amadores e profissionais.
- . Incentivar clubes, equipes e atletas de alto rendimento.
- . Ampliar e melhorar os ambientes de treinamento e de integração social voltados às práticas desportivas.
- . Estimular atividades de lazer, culturais e de entretenimento voltadas aos jovens e crianças.
- . Construir em Mato Grosso quatro centros de formação de atletas regionalmente distribuídos no interior do estado, atendendo aos diferentes polos regionais.

CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

Rico potencial cultural não aproveitado do ponto de vista social e econômico

Mato Grosso tem, além de uma rica biodiversidade e bens naturais, outra riqueza: a diversidade cultural e o patrimônio histórico. A ideia de riqueza pressupõe o valor econômico e social que a cultura possui, então, não há nenhum motivo para que os setores econômicos, a classe artística, a população e o próprio Estado não se beneficiem disso. É lamentável que a atual gestão esteja cortando recursos na área e prejudicando segmentos econômicos, profissionais e populares importantes. Resultado disso é a insuficiente exploração do setor, que, por sua vez, produz consequências muito indesejáveis, a saber: a não geração de emprego e de recursos financeiros; e a redução das atividades e práticas culturais.

Preocupa-nos ainda a perda de valores e tradições culturais. Ora, se o Estado não apoia iniciativas e projetos na área, se as populações tradicionais e os artistas não podem se manifestar nem trabalhar em razão da falta de estruturas e condições adequadas, não observaremos a valorização e ressignificação da cultura. Neste sentido, perdem todos. A cultura, lamentavelmente, é vista como atividade complementar, de menor importância, sem nenhuma prioridade dentro da atual gestão, o que é inconcebível. Portanto, não há planejamento estratégico nem integração de políticas públicas (programas e ações); o setor amarga a falta de investimentos e de apoio do Estado.

COMPROMISSOS NA CULTURA

Planejamento e desenvolvimento econômico e social apoiado nas atividades e práticas culturais

A cultura, enquanto um complexo de símbolos, valores, práticas, instituições e de pessoas, tem dimensão social e também econômica. Ela compreende, necessariamente, as representações sociais, as iniciativas do capital privado e as ações do poder público, desta forma, sendo tema transversal e de interesse público-privado, é imprescindível o planejamento cultural, o estabelecimento de diretrizes, de instituições e de atividades culturais em todo o estado. Este envolvimento multissetorial proporcionará a efetividade das políticas públicas e a valorização do patrimônio cultural do estado de Mato Grosso. No âmbito da administração pública, a priorização da cultura contará com ferramentas de educação, comunicação e democratização das atividades, de forma que toda pessoa tenha acesso ao bem e ao saber cultural.

Essa nova visão da cultura, isto é, profissionalizar e qualificar o setor cultural no estado e ampliar a participação do setor na sociedade e na economia de Mato Grosso, bem mostra o reenquadramento da cultura na agenda pública, responsável pela conservação do patrimônio e da diversidade cultural, estruturado a partir de princípios e práticas sustentáveis. Nosso foco de atuação é fortalecer a cultura e promover uma rede sustentável de atividades, práticas e serviços culturais, dando visibilidade ao setor na economia estadual.

- . Implantar um modelo transparente e dinâmico de planejamento e de gestão cultural.
- . Assegurar ampla participação social e técnica nas políticas públicas e na gestão cultural.
- . Implementar estrutura especializada no desenvolvimento da cultura no estado.
- . Investir e desenvolver programas, projetos e ações sustentáveis no setor cultural.
- . Operacionalizar os sistemas de financiamento e de gerenciamento de projetos culturais.
- . Promover parcerias com municipalidades, segmentos e demais atores sociais para realização de projetos e eventos.
- . Valorizar iniciativas culturais de povos e comunidades tradicionais, bem como a diversidade cultural em Mato Grosso;
- . Agregar valor e conhecimento aos produtos e serviços culturais.
- . Ampliar os benefícios econômicos e sociais decorrentes do setor cultural no estado.
- . Democratizar o acesso ao patrimônio cultural mato-grossense a partir de políticas educativas e afirmativas.
- . Construção do Congódroso em Vila Bela da Santíssima Trindade e da Arena da Cavallhada em Poconé.

AÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

SITUAÇÃO ATUAL

Exclusão social e precária proteção da população carente

As taxas de pobreza e de desemprego e o insuficiente rendimento médio do trabalhador no estado são importantes indicadores no que se refere à situação social da população. Na falta de melhores oportunidades de trabalho e de renda, as famílias ficam expostas às mazelas sociais (miséria, pobreza, fome, desnutrição, violência, exclusão e marginalização). Como se isso não bastasse, as desigualdades entre ricos e pobres é mais um elemento de tensão, pois as contradições sociais evidenciam que as classes sociais não usufruem da mesma forma de direitos fundamentais, como moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, segurança, trabalho e outros. Ignorando as intrínsecas relações entre as políticas econômicas e as sociais, a atual gestão tem criado bolsões de pobreza, verdadeiros guetos de desfavorecidos e esquecidos pelo poder público. Realidade vivida nas periferias urbanas, mas que se repete no meio rural.

A política de assistência social, em todo país, foi reformulada em termos teóricos e práticos. Isto significa que a arcaica visão assistencialista foi abandonada pelos gestores, não basta fornecer atenção e suporte material para a população carente, se faz oportuna efetiva proteção das famílias, garantir benefícios sociais e oportunidades de trabalho e renda. É triste constatar que os espaços de acolhimento de indivíduos e grupos sociais em situação de risco (abrigos, albergues) são estigmatizantes e avultam o sofrimento do ser humano. Estes lugares, do modo como estão sendo administrados, não conseguem criar novas perspectivas para a população carente nem fornecer as ferramentas para a emancipação das pessoas.

COMPROMISSOS

NA AÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Corrigir desigualdades sociais e efetivar direitos fundamentais

A concentração da renda é um fato que depõe contra a justiça social. O trabalho (a produção de riquezas) é uma construção coletiva e todos têm o direito de ter uma renda suficiente para atender às necessidades e às expectativas de sua família. O Estado deve, além de facilitar o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho, capacitá-lo para que consiga melhores oportunidades e remuneração. Uma população despreparada para assumir postos de trabalho não pode ajudar o estado no processo de desenvolvimento social e econômico. O primeiro passo para a inclusão social, vinculado ao enfrentamento das contradições sociais, é ter política pública direcionada à qualificação do trabalhador e a sua inserção no mercado de trabalho. Avançando, o segundo passo consiste em adotar estratégias diferenciadas para proteção e (re)inserção de indivíduos e dos grupos vulneráveis. A ressocialização

lização dos reeducandos se coloca como iniciativa de grande valia e será uma das ações a que daremos ênfase.

Além de trabalho e renda, justiça e inclusão social sugere efetividade dos direitos e garantias fundamentais. No nosso ver, o Estado deve cumprir a Constituição Federal e garantir a todos a cidadania. Indivíduos e coletividade(s) possuem direitos e demandas próprias, o Estado deve ter centros de atenção e apoio especializados de modo a cumprir a sua função. Nossa intenção é construir redes de serviços públicos essenciais, estes vinculados aos direitos fundamentais, como exposto a seguir:

- . Qualificação do trabalhador.
- . Proteção da família (violência doméstica, abandono familiar, entorpecentes).
- . Afirmação da cidadania e combate ao preconceito em todas as suas formas.
- . Fortalecimento da dignidade humana (profissionais do sexo, infratores da lei, moradores de rua).

Todas as políticas públicas e ações afirmativas mencionadas estão de acordo com a ideia de um Estado justo e humano, que respeita e protege a população, e sabemos o que deve ser feito para construirmos uma sociedade melhor.

- . Capacitar mão de obra e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de indivíduos e grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social.
- . Desenvolver programas e ações que busquem a revitalização de espaços destinados à assistência e à inclusão social.
- . Fornecer estrutura e apoiar ambientes de intercâmbios sociais, culturais e econômicos.
- . Prestar serviços públicos de qualidade necessários à cidadania (registro civil e demais documentações).
- . Facilitar o acesso à Justiça por meio da atuação das instituições públicas que atuam na área de segurança pública e assistência social.
- . Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero; infância e juventude; velhice; deficiência; questão étnica e racial.
- . Fortalecer projetos de inserção dos reeducandos, por meio de parcerias com a iniciativa privada.
- . Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras com atuação política.
- . Garantir a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas estaduais e incentivar nas municipais.
- . Garantir os direitos das mulheres à educação de qualidade, à saúde, à moradia, ao trabalho, à geração de renda, ao lazer e aos demais serviços públicos.
- . Fomentar a capacitação dos profissionais dos diversos segmentos em questões de gênero, de forma a promover a igualdade e a humanização nos atendimentos.

- . Possibilitar a participação das mulheres na formulação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos do Estado nas questões de gênero.
- . Acompanhar os indicadores sociais com todos os recortes de gênero, revisando as estratégias conforme as necessidades constatadas.

EIXO 2

EDUCAR PARA TRANSFORMAR E EMANCIPAR O CIDADÃO

“Nenhum governo tem o direito de exigir excelentes resultados de um professorado que não recebe materiais didáticos nem recursos profissionais, que não se sente respeitado nem estimulado”.
(Darcy Ribeiro)

INTRODUÇÃO

Diferentemente de outras políticas, também de suma importância para Mato Grosso, a Política de Educação, Ciência e Tecnologia – transformadora, emancipadora e inclusiva da sociedade - demanda do Estado grande prioridade. Em nossas escolas públicas, destinadas hoje à grande maioria da população menos favorecida e desatendida dos direitos básicos garantidos em nossa Constituição, encontramos a “morte precoce” dos futuros cidadãos, professores e profissionais da educação.

“Tamanho fracasso educacional não se explica, obviamente, pela falta de escolas – elas estão aí, numerosíssimas – nem por falta de escolaridade, uma vez que estão repletas de alunos... Muitos fatores contribuem para este fracasso. Só queremos adiantar que a razão causal verdadeira não reside em nenhuma prática pedagógica. Reside, isso sim, na atitude das classes dominantes brasileiras para com o nosso povo”
(Darcy Ribeiro).

Nestes anos de gestão de aviamento e de desvalorização da educação básica e tecnológica, Mato Grosso, possuidor de cerca de 780 escolas estaduais com dependência administrativa, 430 mil alunos e 36 mil profissionais da educação, não assumiu uma postura vigilante e proativa contra as práticas de desumanização. Há necessidade urgente de fazermos uma leitura crítica das verdadeiras causas e problemas do sistema educacional em nosso estado e da razão de ser do discurso populista de que a educação está “melhorando”.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, “Nos últimos anos houve ampliação considerável no número de matrículas no estado... A educação indigenista saiu de menos de 2.500 matrículas

las para mais de 10 mil; Educação no Campo, com menos de 4.000 para mais de 40.000 matrículas... Da oferta de 40 mil matrículas de Educação de Jovens e Adultos em 2009, hoje são mais de 85 mil matrículas”.

Examinando esses dados com mais atenção, podemos tirar algumas conclusões. A principal delas é desvendar o engodo que se esconde atrás desses números. Ele começa a revelar-se quando se observa quem passa e como passa.

Como explicar uma realidade na qual poucos alunos das escolas públicas de Mato Grosso chegam aos ciclos mais avançados sabendo interpretar um texto ou dominar conceitos básicos das ciências, da história, da matemática, da realidade em que vivem, contar e estabelecer parâmetros intelectivos entre os vários conteúdos disciplinares e a realidade concreta em que vivem?

Mato Grosso é o 5º estado brasileiro com maior índice de reprovação no Ensino Médio, segundo o Instituto de Pesquisas Educacionais do MEC/2012.

Estamos, como se vê, diante de um fenômeno que precisa ser explicado: como um Estado tão rico como Mato Grosso consegue ser tão ruim em educação?

A deterioração da educação no Ensino Médio é tão grande e perversa no Sistema Educacional de Mato Grosso que só podemos explicá-la pela deformação da própria estrutura do Estado como gestor.

“[...] desigualitarismo cruel, que conduz ao descaso pelas necessidades do povo, leva à incúria também no campo da educação, permitindo que se viceje esse monstro que é a escola pública anti-popular”
(Darcy Ribeiro)

As atuais políticas educacionais passam longe de uma educação transformadora, emancipacionista, inclusiva e cidadã, em que devemos priorizar a educação, a ciência e a tecnologia. Considerando a situação real em que se encontra o sistema e as unidades educacionais, tornam-se necessárias mudanças a partir de uma nova gestão administrativa e pedagógica que se comprometa com uma educação com qualidade social, inovação, valorização dos profissionais da educação, acessibilidade, inclusão social, participação da comunidade e melhores oportunidades para geração de trabalho, emprego e renda, não só para aqueles que estudam ou militam na educação, mas principalmente para toda a comunidade.

“[...] Sem a preparação do ser humano, não há desenvolvimento. A violência é fruto da falta de educação.”
(Leonel Brizola)

A Educação, Ciência e Tecnologia são componentes fundamentais para resolvermos o problema da desigualdade social. Seu design, governança e infraestrutura têm impacto direto sobre a vida e as oportunidades dos cidadãos, cuja desigualdade social está presente no espaço educacional, com escolas que ainda não participam da sociedade e se encontram divididas por fronteiras invisíveis que tomam a forma de exclusão social, cultural e econômica.

[...] Afastamo-nos dos convívios comunitários, esquecemo-nos das tantas etnias e grupos sociais tradicionais que constituíram o caldo de nossa brasilidade, igualando a tudo e a todos no afã de dominar a maioria oprimida, os trabalhadores, hoje sem trabalho e sem direitos”.
(Maria Amélia Souza Reis)

Nossa meta fundamental, aquela para a qual caminharemos a passos largos e seguros, para os objetivos a serem alcançados, é a educação como agente transformador, emancipador e inclusivo. Há necessidade urgente de promovermos mudanças significativas no espaço do EDUCAR. Espaços estes misteres para estudantes, professores e comunidade, juntos, “aprenderem a aprender”, “aprenderem a ser”, “aprenderem a estar” e “aprenderem a conviver”. O espaço físico da educação com qualidade social para todos com atenção às necessidades primeiras de toda a comunidade: Saúde, Segurança Pública, Segurança Alimentar, Lazer, Esporte e Cultura.

A Educação Como Vocação do PDT

O Partido Democrático Trabalhista – PDT coloca a Educação como uma das possibilidades de alcance da democracia, não de uma perspectiva formal e consumista, mas como sentido de forjar uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL

Frente aos atuais índices educacionais apresentados no Estado, evidenciados nas pesquisas e avaliações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, constantes também em alguns documentos estaduais, como o Plano Plurianual/MT, Plano Estadual de Educação e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, verificou-se que o Estado de Mato Grosso ainda apresenta índices preocupantes, especialmente no que se refere à população analfabeta, e altos índices de reprovação no Ensino Médio, o que vem a ser demonstrado pelos seguintes dados:

- Percentual de elevação do índice de analfabetismo de MT, liderando o ranking da Região Centro-Oeste, aumentando de 9,39% em 2006 para 10,24% em 2009 (PPA 2012/2015).
- De acordo com dados constantes da Síntese de Indicadores Sociais 2012 do IBGE, apesar de se observar um ligeiro decréscimo do percentual de analfabetismo, o Estado ainda lidera o índice de analfabetos da Região Centro Oeste. Constam também as seguintes informações, no tocante a Mato Grosso:
- Encontra-se em 17º no ranking de analfabetismo de todos os estados brasileiros e o 1º da Região Centro-Oeste.
- A população analfabeta é de cerca de 262.000 pessoas.

- 16,5% da população com mais de 25 anos de idade não têm instrução e frequentaram por menos de um (01) ano uma unidade de ensino.
- 32,3% da população de 60 anos ou mais são analfabetos (Tabela 28 da Taxa Analfabetismo IBGE/2010)

No caso do analfabetismo, segundo o IBGE, em 10% dos municípios de Mato Grosso famílias com crianças de 0 a 5 anos possuem um responsável ou cônjuge analfabeto, o que também dificulta o desenvolvimento das nossas crianças, pois o grau de instrução dos pais interfere no desenvolvimento escolar dos filhos.

Estes dados demonstram ainda a concepção equivocada implantada pela atual gestão para o programa Educação para Jovens e Adultos – EJA, com formato tradicional e arcaico.

Nos atuais dados da Educação Pública no Estado de Mato Grosso, constantes dos próprios documentos da SEDUC/Inep 2012, percebe-se que as taxas apresentam altos índices de defasagem referente a outros indicadores, tais como:

- Defasagem idade-série no Ensino Fundamental - 13,7%.
- Distorção (defasagem) idade-série no Ensino Médio - 36,8%;
- Taxa de reprovação do Ensino Médio – 35,30%;
- Oferta de vagas e qualidade do Ensino Médio (taxa líquida de escolarização) - 58,40%.
- Taxa de abandono no Ensino Médio – 14,3%

A tabela abaixo nos mostra que o Estado de Mato Grosso possui o maior índice de reprovação no Ensino Médio dentre os Estados da região Centro-Oeste, que por sua vez tem o maior índice do Brasil.



Fonte: www.todospelaeducacao.org.br

Parte desses problemas do Ensino Médio possivelmente tenha sido gerada pela implementação deficiente do sistema de avaliação em ciclos, que reduz estatisticamente a reprovação dos alunos no Ensino Fundamental sem necessariamente assegurar o sucesso no aprendizado. Em 2008 havia uma taxa de aprovação de 49,5% dos alunos da rede estadual; já em 2010 97,4% dos alunos foram aprovados.

Ressaltamos que o sistema de avaliação em ciclo é um avanço em relação ao regime seriado como método de ensino, pois visa garantir o aprendizado com inovações didáticas, com mais integração entre alunos-alunos e professores-alunos, porém esse método não reprova; conseqüentemente nossos alunos estão indo para o Ensino Médio despreparados e os índices de reprovação aumentaram.

Em 2012 Mato Grosso teve média de 19,7%; enquanto que as médias da região Centro-Oeste foram 14,6 % e do Brasil, 12,2%.

Por isso, precisamos identificar as defasagens de aprendizado no Ensino Fundamental e solucioná-las antes do término do ciclo para garantirmos bons resultados no Ensino Médio.

Os dados sobre a escolaridade da população em Mato Grosso demonstram que a média em 2009 era de 7 anos, e, em 2011 passou para 7,3 anos. Em ambos os cenários o estado está abaixo da média nacional em anos de estudo para o grupo de pessoas com 25 anos ou mais. Com exceção de Mato Grosso, a região Centro-Oeste consegue níveis mais elevados do que a média nacional de anos de estudo devido aos altos índices do Distrito Federal, 9,6 e 9,8 em 2009 e 2011, respectivamente.

Além desses aspectos, as informações constantes do PPA MT 2012/2015 apresenta na área da Educação o seguinte contexto: “[...] ainda há discussões sobre a qualidade de ensino... a persistência da baixa qualidade no ensino básico nos faz refletir sobre a necessidade de acelerar o passo, pois os índices analisados revelam a distância da excelência acadêmica [...]”.

Desta forma, os resultados evidenciam uma condição de fragilidade da atual gestão na qualidade da educação pública, especialmente no que se refere aos dados anteriormente apresentados, o que nos remete à necessidade de se buscar formas de mudança do atual quadro apresentado.

Neste cenário, vale citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9394/1996, na qual está estabelecido que a educação brasileira deverá ser universalizada com a oferta do Ensino Fundamental a todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria, além da progressiva obrigatoriedade no Ensino Médio. Isto está previsto desde 1996, mas na prática, 18 anos depois, as ações previstas ainda estão a merecer prioridade da administração pública estadual.

Importantíssimo ressaltar o que é obrigação do governo estadual quanto ao que deve ser ofertado pelas escolas públicas, conforme consta no inciso VI do artigo 10 da LDB, “*in verbis*” VI - assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no artigo 38 desta Lei;

Na Educação Infantil, como etapa inicial da Educação Básica, a sua oferta é de responsabilidade dos Municípios, competindo ao Estado a elaboração de políticas públicas estaduais para a área em conjunto com os municípios, articulação e apoio para o seu desenvolvimento, além da parceria para outros encaminhamentos, como a formação dos profissionais para atuarem na área.

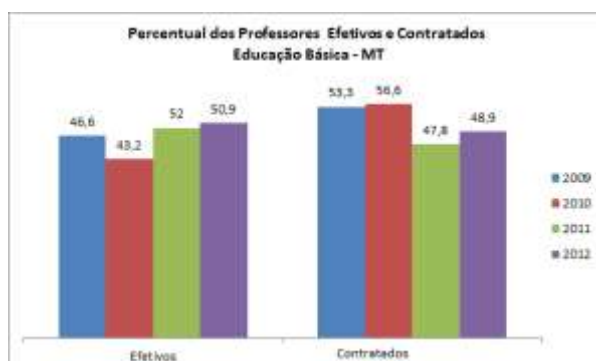
No que se refere à Educação Profissional, enquanto qualidade, não foi realizada uma avaliação formal, pelo Estado, do desenvolvimento de suas ações, especialmente a externa, como existe no Ensino Fundamental e Médio, através do IDEB e ENEM. Com esta falta de avaliação formal, percebe-se certa fragilidade das Unidades, especialmente quanto à infraestrutura física, a desvalorização dos profissionais que nela atuam, bem como os cursos oferecidos. O Estado de Mato Grosso não tem uma matriz estruturadora enquanto política de Estado prioritária de qualificação profissional dentre

as diversas ações públicas formalmente constituídas, em sintonia com a política socioeconômica e mapeamento da necessidade de profissionais como estratégia para o desenvolvimento, com foco em demandas adequadas às vocações locais e regionais.

As parcerias público-privadas de capacitação com foco no mercado, que certamente podem alavancar o desenvolvimento do estado, não ocorreram devido à falta de rede pública bem estruturada. Além disso, o Estado possui ainda uma política extremamente perversa para o corpo docente das nossas escolas e precária em termos de fortalecimento e aprimoramento da carreira profissional. Comparativamente, Mato Grosso é o segundo estado que mais contrata temporários no Brasil - 66,1% (Censo 2012 Inep & site UOL).

O Tribunal de Contas do Estado – TCE/MT, no parecer prévio sobre as contas anuais do governo de 2012, recomendou a necessidade de ampliar o quadro efetivo de professores, sendo que o processo de regularização do vínculo dos profissionais da educação é uma exigência constitucional e um pré-requisito para qualquer política significativa de qualificação e gestão de pessoal.

O quantitativo de professores da rede teve uma queda em 2011 em relação a 2009 de 1649 professores. Entretanto, não houve redução do número geral de matrículas na rede estadual de ensino. Em 2009 foram 428.003; em 2010, 427.493; e 2011, 443.822. A análise do Tribunal de Contas também informa que em 2011 houve um elevado afastamento de professores, o que prejudica diretamente a qualidade do ensino em Mato Grosso.



Fonte: Relatórios contas anuais de governo 2011/2012 (TCE/MT).

Certamente existem hipóteses aceitáveis de contratação temporária, previstas na Constituição, para casos excepcionais. Mas na prática os dados retratam uma contraditória "política permanente de contratação temporária", prejudicando o sistema educacional, alunos e professores.

"[...] Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que infliés a meu pensamento, me apontarão como ingênuo e idealista [...]"
(Paulo Freire)

Assim, o processo de regularização do vínculo dos profissionais da educação é uma exigência constitucional e um pré-requisito para qualquer política significativa de qualificação e gestão de pessoal. É uma medida de custo elevado, mas que vamos ter que cuidar.

COMPROMISSOS NA EDUCAÇÃO

Como ponto de partida para o desenvolvimento da Política Pública de Educação do Estado de Mato Grosso, é importante destacar que o Brasil possui o Plano Nacional de Educação, com as suas Diretrizes Gerais definindo Metas e Estratégias de Ações, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.

No tocante ao Estado de Mato Grosso, em maio de 2014 foi aprovada pela Assembleia Legislativa proposta que se concretizou na Lei nº 10.111/2014, com alterações das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, frente à revisão realizada, através de ação coordenada pelo Fórum Estadual de Educação, sendo que as mesmas passaram a vigorar a partir de 06/06/2014. Desta forma, o Plano Estadual aprovado pela Lei nº 8.806/2008 conta com as alterações recentes com vigência até 10 de janeiro de 2018.

Desta forma, pretendemos desenvolver e fortalecer essas metas e estratégias pela nossa gestão, frente ao respeito pelo qual foi construído todo o processo, bem como a legislação educacional vigente. Assim sendo, não mediremos esforços para seu cumprimento. Entretanto, precisaremos considerar as condições do Estado em cumprir as periodicidades estabelecidas no plano. Caso sejam necessárias alterações nas metas inicialmente propostas, serão realizadas em diálogo com o Fórum e comunidade escolar.

A partir de então, prioritariamente, objetivaremos construir políticas de integração e articulação entre o Estado e Municípios para o desenvolvimento de uma educação de qualidade - transformadora, emancipadora e inclusiva da sociedade - por meio de mecanismos legais para o fortalecimento conjunto da ação pública, visando o desenvolvimento de colaboração e cooperação, norteados principalmente pela Meta 1 do Plano Estadual de Educação: Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino.

O Estado de Mato Grosso é muito rico em sua cultura e diversidade, tornando-se imperiosa e fundamental a busca incessante da inclusão de todos no atendimento educacional, em especial para as realidades da zona rural/campo e comunidades tradicionais, assim como a implementação e ampliação das ações da Educação Indígena, Quilombola e áreas de assentamento, conforme as suas especificidades.

Uma nova concepção e implementação gradativa de Escola Pública Integral e unificada à comunidade, com acessibilidade para todos, faz-se imprescindível e essencial para projetos que possam ser capazes de revolucionar as bases estruturantes do ensino, promovendo a construção de uma consci-

ência crítica no aluno e comunidade, e que contribua para a superação do atraso social do Estado de Mato Grosso.

Nossa tarefa, enquanto gestor público responsável pela educação em nosso Estado, é conceber fisicamente uma escola capaz de educar as crianças, jovens e adultos, tal como elas são, a partir das especificidades locais e situação real em que se encontram no campo ou nas cidades.

Para isso devemos avançar na articulação das políticas setoriais e intersetoriais no âmbito da educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente.

Um dos grandes desafios a serem alcançados pela nova gestão é construir bases sólidas na Educação Básica para que possamos conduzir uma política de Educação Superior acompanhada de formação de recursos humanos de alto nível. Nessa direção, o Estado implementará políticas públicas que favoreçam os processos de internacionalização e de mobilidade acadêmico-científica intra e interinstitucional, bem como a geração de processos e produtos inovadores que impulsionem a competitividade e o desenvolvimento.

Compromissos

Nossas propostas de enfrentamento dessa dura realidade, abaixo apresentadas, são a materialização do atendimento às missões constitucionais e o Estado na seara da educação, dentro da disciplina legal dos Planos Nacional e Estadual de Educação, ambos aprovados neste ano pelos respectivos Poderes Legislativos.

- . Valorizar os profissionais e oferecer condições básicas nas unidades educacionais para que possam efetivamente realizar suas atividades.
- . Garantir os repasses constitucionais para a Educação.
- . Estabelecer ações em conjunto com os municípios e instituições para ampliar a taxa de atendimento de jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo no estado.
- . Focar ações para o Ensino Médio:
 - Aumentar a oferta de vagas para uma cobertura integral da população-alvo.
 - Reduzir os índices de evasão escolar.
 - Elevar a qualidade do Ensino Médio, com investimento em docentes, planos de ensino e equipamentos.
 - Criar incentivos à permanência na escola dos alunos mais vulneráveis ao abandono.
 - Aumentar significativamente as vagas de ensino profissional integrado com o médio.
- . Melhorar a sistemática de mapeamento no Estado das demandas do setor, de forma integrada, para gerar banco de dados estatísticos e gerenciais para aprimorar a qualidade das políticas educacionais.
- . Estabelecer em parcerias com os municípios formas de colaboração e cooperação para fortalecer o sistema único de ensino.
- . Fazer proveito das experiências de sucesso no Brasil e em Mato Grosso para aprimorar a eficiência na educação.

- . Ampliar gradativamente a oferta de educação integral.
- . Fortalecer os processos de gestão democrática das escolas.
- . Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais nas unidades educacionais para pessoas com necessidades especiais, nas classes comuns, e viabilizar as condições de acessibilidade.
- . Promover a realização de Concursos Públicos, na medida das necessidades de regularização do vínculo dos profissionais da educação nos termos da legislação específica.
- . Ampliar a estrutura logística de transporte escolar.
- . Implementar ações de fortalecimento de ações do Sistema de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação.
- . Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais.
- . Desenvolver ações educacionais específicas para os privados de liberdade e os que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.
- . Assegurar acesso, permanência e aprendizagem ao aluno.
- . Estabelecimento e implantação de políticas públicas de Educação Infantil, assim como um Programa de Educação de Qualidade para o Ensino Fundamental voltado aos municípios.
- . Avaliação da Educação Profissional Pública / ampliação e melhoria da qualidade;
- . Construção, ampliação e melhoria da infraestrutura das unidades educacionais em parceria com o governo federal;
- . Implantar programa de Avaliação Institucional Estadual – Índice de Desenvolvimento da Educação em MT.
- . Implementar políticas de educação ambiental.
- . Recuperar a infraestrutura escolar, assim como ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas e dos laboratórios para atendimento à comunidade.
- . Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SITUAÇÃO ATUAL

Desde 1981 o Estado de Mato Grosso possui, formalmente, um Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia (Decreto nº 954 de 09 de Abril de 1981). Apesar disto, poucas foram as ações para a estruturação e ativação do sistema.

No Estado de Mato Grosso há mais de dois alunos na rede privada para cada aluno na rede pública, segundo dados do MEC/INEP – Censo 2012. A razão matrícula privada/pública atingiu o índice alarmante de 2,45.

O vigor da economia mato-grossense não foi direcionado, pelo Governo do Estado, para a Política em C&T, o que corroborou para um cenário paradoxal: há no estado uma pujança econômica internacionalmente reconhecida e uma base científica com um número bastante reduzido de mestres e doutores.

A escassez de recursos e, principalmente a falta de pessoal qualificado com a titulação mínima exigida para o desenvolvimento científico e infraestrutura adequada são reais. Este descaso resultou em grandes distorções e desigualdades regionais na área.

Como consequência, não houve articulação do poder público com o setor privado na confiança para o investimento seguro nas instituições de pesquisa públicas. E o sistema científico não pode contribuir para a regionalização dos bens e serviços dele derivados e, no mesmo processo, contribuir para o desenvolvimento harmônico entre as regiões do estado.

O Governo do Estado pouco promoveu a difusão e apropriação do conhecimento técnico-científico para a sociedade.

Foi tímido o estímulo, desde o início da vida estudantil, ao desenvolvimento contínuo da cultura científica e tecnológica. O conhecimento sobre o que se produz em termos científicos no estado e fora dele foi tacaño, não resultando em desenvolvimento socioeconômico sustentável para nossa sociedade.

Falhou o governo em não propagar a contento para a sociedade conceitos básicos de ciências. O modelo atual sofre de inanição financeira. Não consegue capacitar técnicos, nem resolver problemas sociais, urbanos, rurais e ambientais.

Falta formação de parques tecnológicos, de incubadoras de empresas, fundamentadas em parcerias públicas nas esferas municipal, estadual, com financiamento específico.

O Ensino Superior também apresenta baixos índices de egressos. Apenas 6,15% de nossa população concluiu esta etapa e a grande oferta de Ensino Superior é majoritariamente da rede privada. A rede pública estadual é concentrada basicamente na Universidade do Estado – Unemat e nos centros de formação tecnológica.

A Unemat, apesar de ter recebido aumentos de repasse de recursos, ainda passa por dificuldades financeiras para ampliar seus cursos, investimento em pesquisa e garantir as despesas com pessoal. Estes investimentos também ainda não foram suficientes para suprir as demandas por tecnologia e por inovação constantes para as necessidades da comunidade, que requerem o fortalecimento da investigação científica e tecnológica, que se tornaram elementos fundamentais nos processos de desenvolvimento econômico e social, no contexto de reestruturação produtiva e da chamada sociedade do conhecimento.

Outro problema que também atinge a universidade é o alto índice de evasão de alunos, devido à ausência de políticas públicas que favoreçam a conciliação do estudo com o trabalho e a garantia do transporte público eficiente.

COMPROMISSOS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os compromissos do Plano de Gestão para Ciência e Tecnologia que apresentamos a seguir, foram concebidos a partir de um conjunto de reflexões e discussões em que foram ouvidos os diversos segmentos da sociedade do Estado de Mato Grosso.

Também constituíram importantes contribuições ao Plano, os mais variados documentos produzidos no interior das Universidades Públicas e Particulares de Ensino, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Órgãos de Fomento à Pesquisa e Extensão, em relevantes momentos de busca por formação educacional de qualidade e autônoma, que representam as vozes dos diversos atores manifestadas nos seminários, reuniões, eventos, manifestações, entre outras formas de expressão que possibilitaram traçar um quadro significativo das conquistas, frustrações e anseios deste segmento que atua na Educação Superior do Estado de Mato Grosso.

Sendo assim, explicitamos 5 princípios norteadores:

1. Compromisso Social

Por suas características e pela necessidade de ações efetivas para a resolução dos problemas sociais e ambientais, a Educação Superior deve contribuir estrategicamente no processo de produção de conhecimento, por meio de ensino, pesquisa e extensão, voltada ao atendimento das necessidades da população do Estado de Mato Grosso.

Realizar as ações que lhe são próprias, da Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), em constante e real diálogo com a sociedade, virá a favorecer a redução das desigualdades sociais, promovendo a construção de um conceito e de uma prática de cidadania em sentido pleno, por meio do acesso ao conhecimento, à cultura, à tecnologia, enfim, à qualidade de vida.

2. Democracia

Para que a Educação Superior possa ser propositora e atuante na realidade circundante com todas as suas contradições humanas (políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais), interagindo com os sujeitos, é necessário que haja democracia em todas as suas ações. O envolvimento participativo de seus segmentos – professores, pesquisadores, técnicos e alunos – é o que os constitui como sujeitos desse projeto e dessa

construção, bem como os qualifica no seu papel social. A Educação Superior representa o lócus especial do debate produtivo de ideias.

3. Autonomia

De acordo com os preceitos constitucionais, a Educação Superior dispõe de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A liberdade de pensamento implica na coexistência respeitosa do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, religiosas, culturais e políticas.

4. Indissociabilidade

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é resultado de ações institucionais articuladas, realizadas pelas diversas instâncias tendo em vista a concretização de um projeto de Educação Superior de qualidade.

5. Ética

Traduz o respeito universal pela vida, pela diversidade, pela pluralidade, pela publicidade. Neste sentido, a ética é o princípio-guia que nos leva a cuidar do ambiente onde a vida organiza-se para desconstruir os procedimentos que se embasam na competição e na concorrência excludente e empobrecedora. Significa a atitude e a representação constituinte das relações socioculturais de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida do conjunto das populações.

Desta forma, alguns objetivos terão prioridade em nosso governo, quais sejam:

Promover o fortalecimento da Educação Superior por meio de ações que levem à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando a integração acadêmica, com o envolvimento de discentes, pesquisadores, docentes e técnicos, juntamente com representantes da sociedade civil organizada, na discussão, elaboração e implementação de propostas que atendam às demandas da sociedade.

Objetivos para o Ensino

- Cumprir a LDB, sobretudo no que versa sobre a prática e o compromisso com o Ensino Superior.
- Criar condições para ampliar a participação da comunidade acadêmica e da sociedade nos cursos oferecidos pelas IES do Estado de Mato Grosso.
- Viabilizar a participação de professores, pesquisadores e estudantes em eventos técnico-científicos nas diferentes áreas do conhecimento, divulgando o trabalho desenvolvido nas

IES e compartilhando de experiências desenvolvidas em instituições de ensino superior de outros estados do Brasil.

- Garantir a continuidade e o estabelecimento de novas políticas afirmativas de ingresso de estudantes pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, mediante programas de acompanhamento e permanência dos alunos nos cursos, reafirmando o compromisso social do governo.
- Viabilizar mecanismos que possibilitem a publicação do conhecimento produzido tanto por professores e pesquisadores quanto por técnicos e estudantes, de forma a divulgar o potencial científico, cultural e intelectual das IES.
- Atender às demandas por meio da SECITEC e da FAPEMAT, no que se refere ao ensino de graduação e de pós-graduação.
- Viabilizar a ampliação e manutenção do patrimônio físico-material das Universidades, Faculdades e Centros de Formação Superior, destinados ao ensino acadêmico e profissionalizante.
- Estimular e fomentar nas IES do Estado de Mato Grosso a integração dos cursos de graduação, tecnológico e pós-graduação, por meio de atividades que promovam a interface entre as diferentes áreas e os diferentes níveis de estudo.
- Proporcionar a melhoria da qualificação profissional no interior do Estado de Mato Grosso, estimulando a continuidade da formação dos profissionais da educação superior e o desenvolvimento de ações que possibilitem um constante repensar técnico e teórico.
- Promover avaliações contínuas nas IES, SECITEC e FAPEMAT, em termos de materiais, laboratórios, salas, auditórios, corpo docente, plano pedagógico, entre outros, com fim de identificar e solucionar problemas, bem como conduzir novas ações pautadas nos resultados.
- Apoiar reformulações e atualizações curriculares, buscando o aperfeiçoamento do ensino de graduação e pós-graduação no Estado de Mato Grosso.

Objetivos para a Pesquisa

- Favorecer na Educação Superior um desenvolvimento coerente entre ação docente e investigativa, e o equilíbrio entre pesquisas estratégica, básica, aplicada e tecnológica.
- Melhorar, por meio da FAPEMAT e SECITEC, as condições orçamentárias, financeiras, materiais e estruturais para a prática da pesquisa.
- Garantir maior atuação do estudante na iniciação científica.
- Incentivar a qualificação do corpo docente, discente e técnico para a pesquisa.
- Criar condições para intercâmbios científicos com outros países.
- Incentivar e garantir a divulgação das pesquisas realizadas por meio da FAPEMAT.
- Otimizar as ações da FAPEMAT, de modo que corresponda às necessidades de publicação dos trabalhos de pesquisa e o faça com qualidade e universalidade.
- Fortalecer os Centros de Pesquisa das IES, garantindo assessorias, fomento e demandas materiais para a realização de seus projetos e ações.

- . Promover e dinamizar a criação de núcleos e grupos de pesquisas na Educação Superior, no conjunto das áreas científicas.
- . Manter e ampliar os eventos científicos promovidos pela FAPEMAT e SECITEC.
- . Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), conforme as demandas das IES.
- . Incentivar o debate acerca dos objetivos fundamentais da pesquisa na FAPEMAT, com o fim de apurar a definição de linhas de pesquisa.
- . Promover a interface da Pesquisa Científica, Tecnológica ou de Inovação com a extensão universitária, com finalidade de fortalecer a ação transformadora da sociedade.
- . Manter, promover e intensificar as relações das IES com as agências de fomento e com outras instituições de ensino superior de outros estados da Federação, no âmbito da pesquisa.
- . Promover a cooperação científica entre a UNEMAT e a UFMT.

Objetivos para a Extensão

- . Promover a articulação entre as IES e a sociedade, visando o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Estado de Mato Grosso.
- . Criar condições para participação da SECITEC e da FAPEMAT na elaboração de políticas públicas voltadas para a população.
- . Articular junto aos órgãos de fomento políticas que favoreçam a extensão universitária, visando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e a excelência da formação acadêmica, incluindo a participação de técnicos e estudantes.
- . Estabelecer políticas de extensão universitária por meio das IES e a SECITEC.
- . Apoiar as ações de popularização da ciência por meio da SECITEC.
- . Difundir a cultura da extensão nas IES, bem como dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos nessa área, tanto no interior do estado, quanto junto à comunidade.
- . Fomentar, por meio da SECITEC, projetos de extensão que busquem o desenvolvimento humano e ambiental a partir da pesquisa científica, avaliando de forma processual sua execução.
- . Estreitar a interação do conhecimento produzido nas IES com os saberes e as experiências advindos da sociedade.
- . Contribuir, por meio da SECITEC e FAPEMAT, na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.
- . Valorizar, através da SECITEC e FAPEMAT, programas e projetos destinados a regiões de fronteira, na perspectiva do intercâmbio sociocultural.

Outras importantes ações:

- . Estimular parcerias com o setor produtivo de bens e serviços com as instituições de ensino e pesquisa, aproximando esse setor da produção de conhecimento das IES.
- . Estimular a incorporação do conhecimento produzido pela sociedade com o intuito de viabilizar soluções para seus problemas cotidianos.
- . Planejar a C&T como política de Estado e como política pública de longo prazo, integrada ao conjunto das políticas sociais.
- . Promover o fortalecimento da Educação Superior por meio de ações que levem à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando a integração acadêmica, com o envolvimento de discentes, pesquisadores, docentes e técnicos, juntamente com representantes da sociedade civil organizada, na discussão, elaboração e implementação de propostas que atendam às demandas da sociedade.
- . Proporcionar a melhoria da qualificação profissional no interior do Estado de Mato Grosso, estimulando a continuidade da formação dos profissionais da educação técnica, tecnológica e superior.
- . Estimular e fomentar nas IES do Estado de Mato Grosso a integração dos cursos de graduação, tecnológicos e de pós-graduação, por meio de atividades que promovam a interface entre as diferentes áreas e os diferentes níveis de estudo.
- . Incentivar os cursos de educação a distância na Unemat para facilitar o acesso ao ensino público àqueles que residem longe dos principais centros universitários do estado.
- . Incentivar condições para intercâmbios científicos com outros países.
- . Estimular a incorporação do conhecimento produzido, no âmbito da educação, ciência e tecnologia, pela sociedade com o intuito de viabilizar soluções para seus problemas cotidianos.
- . Estabelecer parcerias com as empresas e entidades de formação profissional que investem em inovação, aumentando a carteira de parcerias público-privadas, dinamizando o setor de pesquisa.

EIXO 3

CIDADES PARA VIVER BEM: MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS

INTRODUÇÃO

A população demonstrou de forma enfática, por meio dos movimentos de rua ocorridos desde junho de 2013, a demanda por políticas sociais de qualidade. Esta situação precisa ser analisada no contexto político, histórico e socioeconômico para que a população seja atendida por meio de políticas públicas estabelecidas a partir das escalas de prioridade.

Viver bem em municípios sustentáveis tem a ver com o conceito de habitabilidade e abrange um conjunto de elementos que extrapola as necessidades individuais e se insere no âmbito da coletividade. Associa vários fatores concomitantes à oferta de habitação, como a garantia da regularidade fundiária e urbanística, a existência de saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer de qualidade para esta e as futuras gerações.

Embora essas políticas estejam a cargo dos municípios, de acordo com a Constituição Federal é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e prover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Desse modo, o Estado deverá proporcionar aos cidadãos, por meio das políticas apropriadas em sua esfera de atuação, o acesso aos serviços e equipamentos de qualidade, quer vivam na cidade ou na área rural.

O PPA 2011-2015 apontou as deficiências na infraestrutura dos municípios, o acesso restrito aos serviços de saneamento, particularmente no que tange ao esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Enquanto Mato Grosso apresentou, em 2012, apenas 20,1% dos municípios ligados à rede coletora, o Brasil já apresentava 54,9%, o que evidencia nossa situação desfavorável.

Na verdade, em uma classificação geral dos estados, Mato Grosso está colocado na 19ª posição na prestação desses serviços, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento -

SNIS, 2010. Outro dado preocupante se reporta à coleta de resíduos sólidos. Enquanto o Brasil coleta cerca 83,44% dos resíduos produzidos, neste estado a coleta feita diretamente é da ordem de 78,56% e o percentual de tratamento destes é bem inferior. Pois bem, a contaminação dos recursos hídricos pela falta de saneamento básico impacta negativamente nas políticas de saúde. Como a falta de saneamento básico tem estreita relação com habitação precária, pouca higiene, pobreza e desemprego, oferecer esses serviços com qualidade é garantir saúde e inclusão social.

Ampliando o enfoque de nossas análises, para pensar o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso é essencial que se considere o seu território, as diversidades internas que caracterizam as suas regiões, como base estratégica. Nesse sentido, é importante destacar a dimensão desse espaço de quase um milhão de quilômetros quadrados e os impactos do processo de desenvolvimento que transformam o seu território e que imprimem novas feições na sua paisagem, em decorrência das mudanças econômicas, sociais e ambientais.

Não há como negar que este estado apresenta inúmeras fisionomias e a riqueza que sobeja não é distribuída nas regiões para beneficiar a sua população de forma mais equitativa. Tais diferenças geram capacidades distintas de resposta, dadas pelas regiões aos planos de desenvolvimento, assim, se essas diferenças forem observadas em estratégias específicas, serão dados estímulos diferenciados para potencializar a capacidade de reação às regiões menos dinâmicas. Portanto, fica evidente que essa forma de buscar o desenvolvimento é a maneira apropriada para atender as diferentes necessidades provenientes dessas particularidades.

Por conseguinte, todas as políticas deverão ser consideradas tendo-se como base o território e as diversidades internas que caracterizam suas regiões, bem como a dimensão cultural de sua população e as paisagens que as referenciam. Considerando que essa perspectiva de planejamento é conveniente ao Estado pelas questões expostas a nossa proposta se volta à criação dessa capacidade, com esforços voltados à estruturação institucional, desenvolvendo ainda as providências para instituir a política de desenvolvimento regional como instrumento de Estado e não apenas de governo.

Por outro lado, a metropolização, enquanto fenômeno de (re)estruturação territorial das forças produtivas, ou seja, integração do território com base na funcionalidade de área central e dinâmica no contexto da rede urbana brasileira, é responsável pela formação de complexa rede, cuja realidade precisa ser interpretada e inserida de forma adequada nos programas de governo, de modo a resultar em benefícios a todas as populações envolvidas. Uma região metropolitana se justifica para conduzir, de forma articulada entre seus entes, políticas de interesse comum dos municípios envolvidos.

Em Mato Grosso, a criação da sua primeira região metropolitana - Lei Complementar 359/2009 - teve êxito na fixação das bases jurídicas da política metropolitana, no entanto, foi omissa a respeito do sistema de gestão. Desta forma, cumpre-nos interpretar e cumprir o papel do Estado nessas políticas. A magnitude da população envolvida na região metropolitana criada (834.057 habitantes, IBGE 2010) e do Entorno Metropolitano constituído (110.392 habitantes, IBGE 2010), que abrange cerca de 30% da população total do estado, determinam a sua importância no âmbito das políticas regionais

a serem promovidas, a partir do planejamento integrado e da gestão compartilhada com os municípios.

HABITAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL

Insuficiência e inadequação da produção habitacional

O conceito de habitação segundo o Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/HABITAT se reporta ao conjunto das condições voltadas a oferecer ao cidadão vida digna e com qualidade. Desse modo, falar de habitação hoje significa tratar da oferta de moradia em espaço adequado com acessibilidade física, segurança, garantia da posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação, aquecimento e ventilação adequados, infraestrutura básica apropriada, contendo equipamentos de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental e fatores que respeitem as condições de saúde das pessoas que utilizam estes espaços, tudo isso próximo ao trabalho, a equipamentos públicos e a custos acessíveis.

Nesse contexto a política de habitação não existe no estado e as iniciativas para enfrentamento das necessidades habitacionais da população são ações incipientes diante da realidade e complexidade que a questão atinge nas áreas urbana e rural. O que é oferecido à população são as casas construídas em modelos que se repetem em todo o país, sem atender aos padrões familiares, culturais ou climáticos do estado.

O que a gestão atual trata como política habitacional é precário, pois não oferece o principal, a integração da oferta de serviços públicos essenciais às famílias beneficiárias aos equipamentos urbanos (creches, escolas, postos de saúde, entre outros), tampouco há oferta de transporte público que viabilizem o acesso a esses equipamentos. Ademais, as intervenções são pontuais e desconectadas nas distintas esferas de governo, voltadas unicamente à oferta de novas moradias, o que proporciona resultados pífios, conforme reconhece o Plano Plurianual - PPA 2011- 2014.

O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, finalizado em 2011, já apontava que há consideráveis necessidades habitacionais não satisfeitas e que os problemas são mais visíveis nas cidades, mas podem ser percebidos igualmente nas áreas rurais. Estes devem ser atendidos igualmente, pois constituem forte fator de exclusão social e da segregação espacial da população de menor poder aquisitivo, refém das políticas governamentais e sem condições de acessarem os financiamentos habitacionais ofertados pelos bancos.

Para que se tenha noção da gravidade da questão, tendo como base os dados do CADÚnico, incorporados ao PEHIS, em 2010, havia carência de 153.484 novas unidades de moradia em Mato Grosso (déficit quantitativo), ao passo que o déficit qualitativo era da ordem de 788.581 unidades, cerca de cinco vezes maior. Desse valor, 510.165 unidades careciam de algum dos seguintes itens de infraestrutura: água, esgoto, iluminação elétrica ou pavimentação; 136.772 unidades apresentavam inade-

quação fundiária; 92.971 unidades configuravam habitações com número excessivo de pessoas por cômodos da moradia; 27.344 constituíam domicílios sem banheiro e 21.329 unidades possuíam cobertura inadequada.

O PEHIS-MT apontou essas inúmeras carências, que estão presentes nas diversas configurações de assentamentos precários, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos e cortiços. Esse déficit qualitativo representa sérios problemas de saúde pública, pois não promove tratamento e destinação final do esgoto doméstico e dos resíduos sólidos.

A produção habitacional em Mato Grosso, a despeito de ter aumentado em número de unidades produzidas, tem apresentado falhas graves relacionadas à provisão de itens que integram as condições mínimas necessárias para que o cidadão possa viver com dignidade e qualidade; além de negligenciar a população que mais precisa, cuja renda se encontra na faixa de 0 a 3 salários mínimos mensais.

Outras graves questões podem ser percebidas na Tabela abaixo, que faz parte do diagnóstico elaborado pelo PEHIS MT:

Déficit Habitacional por situação urbano e rural nas Regiões de Planejamento – CadÚnico/2010

Class.	Pólos	2010					
		Déficit	%	Urbano	%	Rural	%
1*	Cuiabá	34.365	22,39	30770	89,34	3.595	10,46
2*	Rondonópolis	16.395	10,68	13831	84,36	2.564	15,64
3*	Cáceres	15.238	9,93	8369	54,92	6.869	45,08
4*	Juina	15.189	9,90	7116	46,85	8.073	53,15
5*	Alta Floresta	14.632	9,53	8538	58,35	6.094	41,65
6*	Vila Rica	13.860	9,03	4786	34,53	9.074	65,47
7*	Sinop	10.687	6,96	7503	70,23	3.182	29,77
8*	Tangará da Serra	9.580	6,25	7151	74,58	2.438	25,42
9*	Barra do Garças	8.541	5,56	7484	87,63	1.057	12,37
10*	Sorriso	7.835	5,10	5699	72,74	2.136	27,26
11*	Juara	3.890	2,53	2047	52,63	1.843	47,37
12*	Diamantino	3.263	2,13	2151	65,92	1.112	34,08
	Total	153.484	100,00	105.449	68,70	48.035	31,30

Fonte: Relatório do CadÚnico elaborado pelas prefeituras de cada região de planejamento, trabalhados por Projeto 3 Consultoria e Assessoria Ltda.

Segundo o diagnóstico elaborado, é possível identificar regiões extremamente carentes e que não foram contempladas, indicando que as 70.050 casas produzidas no período 2003-2010 foram mal distribuídas, não atendendo a critérios de levantamento das necessidades locais.

Outra questão preocupante é o número de habitações necessárias na área rural em determinadas regiões do estado. Como o percentual da população urbana em Mato Grosso é da ordem de 82% e a população rural é de apenas 18%, esses dados indicam que essa população, devido às carências significativas que ainda apresenta, está completamente desatendida pela “política” atualmente aplicada.

Um importante instrumento de financiamento para a política habitacional foi o Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, criado em 2000, que possibilitou as ações iniciais dos programas

de habitação em Mato Grosso. E embora os recursos disponibilizados pelo FETHAB tenham permitido a construção de 9.923 casas no período de 2003 a 2008, 14% da produção habitacional do estado, segundo o Mato Grosso em Números 2013, a partir de 2009, entretanto, teve seus recursos direcionados a outras atividades, principalmente para o custeio da AGE COPA e sua sucessora SECOPA e das obras da Copa de 2014 da FIFA.

Face ao que foi descrito se observa é que a política de habitação praticada em Mato Grosso é débil por desconsiderar as diferentes dimensões da questão habitacional da qual hoje se trata e não se origina em um processo de planejamento coordenado pelos órgãos estaduais. Não mantém uma fonte garantida de recursos estaduais que viabilizem planejamento a longo prazo e voltado a todas as dimensões que envolvem a questão habitacional.

A política aplicada atende a interesses diversos que tutelam a produção habitacional, extraindo dos futuros usuários o direito de participação na escolha dos terrenos, sua localização, a definição do tamanho dos cômodos e os padrões construtivos e arquitetônicos mais adequados ao perfil de nossas famílias e ao contexto cultural, resultando em moradias que sofrem constantes alterações em sua estrutura física, sem assistência técnica, o que coloca em risco as condições de segurança daqueles que as habitam. Por conseguinte, com o intuito de inverter essa lógica perversa que tem imperado em Mato Grosso, nossas propostas são as seguintes:

COMPROMISSOS NA HABITAÇÃO

- . Integrar à política de habitação todas as demais políticas urbanas
- . Oferecer habitações de qualidade e com infraestrutura adequada à população da área rural.
- . Suprir as demais carências habitacionais da população, como a falta de regularidade fundiária e de infraestrutura, atendendo ao diagnóstico do PEHIS.
- . Fornecer habitação à população carente, atendendo às suas necessidades e ao seu perfil familiar e cultural.
- . Atuar em parceria com os municípios no processo de monitoramento da política de habitação.
- . Elaborar novos programas habitacionais e ampliar recursos destinados à habitação por meio de convênios com o governo federal.
- . Criar programas voltados à requalificação de imóveis deteriorados.
- . Promover parcerias com entidades e movimentos sociais que atuem na área de habitação.
- . Adotar cadastro único e atualizado de candidatos e beneficiários de programas habitacionais.
- . Priorizar o registro e regularização dos imóveis em nome das mulheres.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL

Ausência de diretrizes e fracos resultados de preservação da saúde e do ambiente

No que tange à política ambiental, política que deve se integrar com as demais políticas de desenvolvimento urbano, assim como com as políticas econômicas, Mato Grosso, apesar de possuir rica biodiversidade, expressa em seus três grandes biomas (Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal) e nas três bacias hidrográficas (Amazônica, Platina e Araguaia-Tocantins), necessita de estratégias de uso racional de tais recursos e a implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações, o que contempla os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Para que isso ocorra torna-se indispensável estruturar políticas responsáveis e avaliar o desempenho da instituição responsável pela gestão ambiental estadual, a SEMA, bem como as políticas já implementadas pelo governo nesta área.

Analisando as políticas ambientais implantadas percebe-se o enfoque da gestão ambiental estadual nos instrumentos de comando-e-controle, no uso da fiscalização e licenciamento ambiental, negligenciando o uso de outros instrumentos, como os econômicos e voluntários. Portanto, a política ambiental do Estado de Mato Grosso precisa ser repensada, com o fortalecimento da desconcentração das unidades regionais e descentralização do licenciamento ambiental para os municípios, o ajustamento dos procedimentos administrativos e o arcabouço legal proporcionando segurança jurídica aos seus atos.

Ainda devem ser consideradas a promoção de políticas integradas, a elaboração e execução de projetos eficientes na gestão de suas diversas áreas setoriais, como conservação da biodiversidade, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos, estruturação da política de redução de emissões e de mudanças climáticas, na redução dos índices de desmatamento e de focos de calor que voltaram a crescer nos últimos dois anos depois de dez anos em queda. Tratar de ampliar a participação social e a consciência ambiental através da educação ambiental. Enfim, na conjunção de ações de governo, buscando maior transparência, ética, eficiência e agilidade nos procedimentos da gestão ambiental estadual.

O Saneamento Ambiental no país abrange o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo dos resíduos sólidos, de águas pluviais e outras ações para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda, segundo o marco regulatório, a Lei 11.445/2007, enquanto o saneamento básico se restringe aos quatro primeiros itens citados. Segundo relatório do Banco Mundial, o saneamento básico constitui

um dos maiores problemas do país, argumento que deve orientar na escolha das prioridades das políticas públicas doravante.

Compete aos municípios o fornecimento do saneamento básico. Em Mato Grosso este serviço é realizado pelas concessionárias, permissionárias e operadoras dos sistemas municipais, as quais têm oferecido, na prática, apenas o abastecimento de água. Nesse cenário, compete ao Estado cooperar junto aos municípios para a oferta de condições adequadas na prestação desses serviços.

A condição para a validade da prestação de serviços públicos de saneamento se embasa na existência de plano de saneamento, contudo poucos municípios detêm esse instrumento e, na maioria das vezes, sem a necessária consulta popular e o Estado foi omissos nestas ações, a despeito de suas competências constitucionais. Além disso, a articulação regional intermunicipal, metropolitana ou compartilhada entre municípios que captam e lançam água no mesmo corpo receptor é inexistente (o que afeta a integridade de nosso maior patrimônio, o Pantanal Mato-grossense). A própria articulação inframunicipal do Plano de Saneamento com o Plano Diretor é extremamente precária, seja pela falta de diálogo com os responsáveis pelas áreas de desenvolvimento urbano ou pelas deficiências dos próprios Planos Diretores.

O sistema de abastecimento de água no estado detém um nível de atendimento de 79,7% dos domicílios (IBGE/PNAD 2012), considerando o abastecimento por rede geral e com canalização interna, inferior à média nacional, que é de 84,4%. Do ponto de vista qualitativo, o cenário se encontra bastante deficiente, o índice de perdas de água tratada produzida é o quarto no país, da ordem de 61,5%, relativos a vazamentos e ligações clandestinas ou falta de medidores. Estes fatos comprometem a eficiência do sistema, cujo preço é suportado por toda a população e também impede o planejamento do Estado quanto à capacidade de garantir a oferta de água conforme a demanda de sua população.

É importante destacar que o atendimento de 79,7% se refere ao número de domicílios ligados à rede e não a uma situação em que toda essa população tenha recebido água na quantidade e no tempo necessário. Os sistemas são intermitentes, acarretando a falta de abastecimento por períodos prolongados em parte do território das cidades. Essa intermitência torna as redes extremamente vulneráveis à contaminação e à conseqüente transmissão de doenças. A falta de planejamento e de recursos para investimentos têm gerado sistemas bastante ineficientes com alto consumo de energia elétrica e de recursos humanos para operação dos mesmos, totalmente fragmentados e desintegrados.

Quanto à coleta e o tratamento de esgotos sanitários, esta é realmente uma ação negligenciada em nosso estado. Apenas 27 municípios têm rede coletora de esgoto e, destes, somente 23 municípios fazem o tratamento do mesmo (IBGE/PNAD 2012). Por estes motivos, Mato Grosso se coloca na 19ª posição entre os demais estados no atendimento à rede coletora, sendo este um dado alarmante. Os únicos municípios que têm recebido investimentos nessa área nos últimos anos são Rondonópolis e Tangará da Serra, cuja gestão do sistema é pública.

Predomina o uso indiscriminado de fossas sépticas, sumidouros e outros tipos de fossas (rudimentares e secas), da ordem de 71% dos domicílios, utilizados como alternativa para o esgotamento sanitário (Mato Grosso em Números 2013). São críticas essas informações ao indicar um meio inadequado e poluente de descarte de rejeitos. Por não disporem de tecnologia de contenção e ainda por armazenarem resíduos sem tratamento, favorecem a propagação de doenças como a hepatite e a cólera, que têm apresentado ocorrência crescente no estado.

Entre os municípios da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, com população expressiva e com todo o seu potencial impacto ao pantanal, Cuiabá possui um nível de coleta e tratamento de esgotos de cerca de 38% de sua população, segundo os dados oficiais do município, e Várzea Grande com menos de 20%. É importante frisar que o tratamento executado é apenas primário e secundário, só reduzindo a carga orgânica e os patogênicos. Sabemos, entretanto que o tratamento terciário seria de vital importância para a redução dos níveis de nutrientes que causam o processo de eutrofização no pantanal com prejuízos incomensuráveis à sua biodiversidade.

Ao lado dessa realidade, a coleta e o tratamento de esgotos sanitários nos municípios da região mais ao norte do Estado, onde estão todas as bacias formadoras da região amazônica é, praticamente, inexistente.

A coleta e a disposição dos resíduos sólidos constituem outra grande demanda no âmbito do saneamento básico. Embora a coleta de resíduos sólidos seja realizada razoavelmente pelos municípios, do ponto de vista da sua eficiência, os custos são muito mais altos pela falta da integração da logística da coleta com uma política de coleta seletiva. Além disso, a sua disposição vem sendo feita, salvo raras exceções, em lixões com comprometimento gravíssimo dos mananciais subterrâneos e superficiais.

Da mesma forma, a coleta e a separação do lixo hospitalar não faz parte das políticas de gestão de resíduos, aumentando os riscos, principalmente às comunidades que mantêm a sua subsistência como catadores nos lixões. Do ponto de vista ambiental, no âmbito da reciclagem, não existe uma política institucional com comunicação social adequada para implantação da coleta seletiva e integrada a todo o sistema de coleta.

No universo da reciclagem, a geração de resíduos da construção civil pode constituir uma fonte de renda e de economia, cuja exploração está à margem das preocupações da gestão pública. É papel do Estado transformar em oportunidade de trabalho e renda, fonte de riquezas para geração de energia, produção de insumos reciclados e fertilização do solo.

O componente do saneamento básico da drenagem de águas pluviais encontra-se excluído de qualquer processo de planejamento estadual. As intervenções de micro drenagem vão se sucedendo a reboque dos projetos de pavimentação asfáltica e impermeabilização das áreas urbanas, totalmente desconectadas da ocupação do solo, da macrodrenagem dos córregos, das microbiais e da rede hidrográfica.

Como resultado dessa falta de política, as cidades estão eliminando toda a riqueza hídrica, faunística e florística da paisagem de suas redes hidrográficas, cujos córregos passam a se constituir em canais de drenagem e de esgotos e receptores de resíduos sólidos de toda natureza. Enquanto nos países desenvolvidos a preocupação com a revitalização dos córregos e rios é uma preocupação governamental, aqui isso não ocorre.

Essa realidade deverá ser transformada com a adoção, pelo Estado e pela sociedade, das bacias hidrográficas dos nossos rios, com toda a sua abrangência microrregional e regional, como unidades de planejamento e de referência da nossa paisagem, resgatando a importância dos Comitês de Bacia Hidrográfica como unidades de gestão democrática e participação dos recursos hídricos do nosso Estado.

Face o exposto, conclui-se que é fundamental que o Governo Estadual proveja o seu planejamento e apoie os municípios no planejamento e na gestão integrada do saneamento básico, promovendo ação conjunta para o investimento de recursos, principalmente nos sistemas de esgotos sanitários e na construção de aterros sanitários, de forma a reduzir o atraso estrutural de presença do Estado nessa área.

COMPROMISSOS NO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Fortalecer o controle social na gestão da política ambiental em MT.
- Promover a descentralização da gestão ambiental para os municípios e fortalecer as Unidades Regionais de gestão.
- Implementar modelo de gestão ambiental integrado que contemple diversos temas, como recursos hídricos, saneamento, habitação, saúde pública e outros.
- Realizar pesquisas e estudos ambientais necessários à caracterização da situação ambiental de Mato Grosso.
- Adotar mecanismos para articulação e modernização dos órgãos e sistemas que atuam nas políticas ambientais no Estado.
- Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- Fomentar a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas.
- Definir e implementar estratégia de ação visando o cumprimento das determinações da Lei Federal nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- . Ampliar os níveis de proteção ambiental a partir de políticas públicas e ações, como abastecimento de água, tratamento de esgoto, manejo de águas pluviais, coleta, reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos e proteção florestal.
- . Buscar soluções integradas, participativas e consorciadas na viabilização de políticas públicas voltadas aos problemas de saneamento e meio ambiente.
- . Combater problemas socioambientais (desmatamento ilegal, incêndios, pesca e caça predatórias) mediante iniciativas preventivas, orientadoras, fiscalizadoras e repressivas.
- . Estimular a inserção de tecnologias limpas nas empresas privadas, inclusive com incentivos fiscais.
- . Estimular a capacitação técnica dos professores da rede pública de ensino para a inserção acadêmica da visão transversal da educação ambiental no currículo escolar.
- . Estimular ações proativas e redução de metas de poluição, inclusive através da inserção de instrumentos econômicos.
- . Fortalecer ações de Monitoramento Ambiental como suporte ao licenciamento ambiental.
- . Criar planos de fiscalização e educação ambiental para reduzir o desmatamento ilegal.
- . Revisar e implementar a política florestal e de mudanças climáticas, incentivando projetos como plano de manejo florestal sustentado e reflorestamento com espécies nativas.
- . Promover políticas voltadas ao desenvolvimento do negócio florestal para criação de regiões de produção e centro de negócios florestais.
- . Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- . Ampliar o percentual de áreas cadastradas de propriedades rurais no Estado.
- . Elaborar e implantar Programa de Recuperação de Bacias Hidrográficas do Estado, inclusive para a do Rio Cuiabá.
- . Ampliar a rede de monitoramento da qualidade da água superficial e subsuperficial.
- . Implantar Programa de Valorização do Cerrado, contribuindo para o aumento da conservação da rica biodiversidade e para melhorar a gestão ambiental e dos recursos naturais desse bioma.
- . Renegociar e implementar o Programa de Proteção do Pantanal Mato-grossense.
- . Implantar programa de pesquisa do estoque pesqueiro do Pantanal Mato-grossense, em parceria com a EMBRAPA Pantanal;
- . Incorporar o Instrumento do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) na gestão ambiental do Estado, inclusive como suporte à redução do índice de desmatamento e de focos de calor.
- . Regulamentar a lei estadual de mudanças climáticas.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SITUAÇÃO ATUAL

Uma das principais barreiras à qualidade de vida urbana e à melhoria da eficiência da agricultura familiar

A regularização fundiária urbana e rural tem sido reconhecida como uma das atividades mais importantes para garantir os direitos à moradia, ao trabalho e à renda no campo e na cidade, além de reduzir a exploração extrativista da terra, viabilizando e priorizando os investimentos sustentáveis de médio e longo prazo.

Nesse contexto, temos duas grandes situações no estado. A primeira relacionada com o universo das áreas rurais e áreas urbanas ainda não transferidas do Incra aos municípios. E a segunda relacionada às ocupações irregulares de assentamentos tanto em áreas públicas quanto privadas em parcelamentos não aprovados pela municipalidade. Ademais, constatamos a inércia do Estado no que se refere à regularização nas áreas de fronteira.

Em primeiro lugar, na própria organização do Estado há desarticulação de responsabilidades nas quais as competências relacionadas aos cadastros da regularização fundiária estão pulverizadas em vários órgãos.

Os principais órgãos responsáveis pela regularização fundiária são: Instituto de Terras de Mato Grosso - Intermat, responsável pela regularização das áreas rurais; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, que atua na cobrança do Cadastro de Área Rural – CAR para implantação dos projetos de manejo da terra; e o INCRA, que organiza os assentamentos rurais no estado. Por outro lado, a FUNAI trata das áreas indígenas. A atuação desses órgãos tem sido desarticulada e tem propiciado e referendado grande parte dos conflitos agrários no estado.

No âmbito interno do próprio Intermat, há um passivo de títulos oriundos de órgãos já extintos como a CODEMAT, o Departamento de Terras e Colonização – DTC e a Companhia de Planejamento da Produção – CPP. Nessa trajetória, um ativo imenso de terras tem a sua titulação realizada a partir de levantamentos imprecisos, com marcos de amarração indefinidos, ocorrendo tanto a titulação irregular de interstícios quanto a sobreposição de medições e áreas. Além disso, ocorrem os conflitos fundiários com áreas de comunidades remanescentes de quilombos, populações tradicionais ocupantes de áreas ribeirinhas e as faixas de fronteira, cujos títulos não foram ratificados pela União.

Com toda essa desarticulação dos processos, é premente a regularização administrativa das atividades de cadastro georreferenciado das áreas rural e urbana, com a consequente regularização fundiária das áreas rurais e a regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas. Por esse motivo é indispensável dar andamento aos processos existentes, garantindo os recursos tecnológicos necessários para permitir as referidas titulações, sanando as dúvidas pendentes. É importante que se garanta o apoio e fomento à regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas.

Nossa visão defende que o diagnóstico é o componente essencial do planejamento e tem no cadastro rural e urbano o instrumento primordial para obtenção de informações precisas. Essa concepção terá que se iniciar a partir da visão da necessidade da elaboração de um cadastro multifinalitário e único das áreas rurais e urbanas, no qual a produção das informações constituirá atividade permanente de planejamento e gestão do território mato-grossense integrada a todas as áreas do governo, garantindo transparência e publicidade às suas ações.

COMPROMISSOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Promover a regularização fundiária combinada com a oferta de serviços sociais, especialmente nas periferias urbanas e no campo.
- Adotar métodos e técnicas modernas de levantamento de dados sobre a estrutura fundiária no estado.
- Gerenciar de forma eficiente procedimentos administrativos e jurídicos no âmbito dos órgãos competentes.
- Fortalecer os mecanismos de participação e consulta popular em áreas de conflitos fundiário.
- Descentralizar serviços na esfera administrativa e manter cadastro atualizado e acessível para consulta e melhor atendimento ao cidadão.
- Estabelecer procedimentos diferenciados para os processos de regularização fundiária em áreas de fronteira, de quilombolas, de extrativismo vegetal e outras que configuram processos especiais.
- Promover a transparência na gestão das informações e nos procedimentos de regularização.
- Implementar estratégia específica de regularização fundiária na região de fronteira do estado.

POLÍTICA URBANO-REGIONAL E METROPOLITANA SITUAÇÃO ATUAL

Obras inacabadas e desaproveitamento do potencial urbano do Estado

Nossas cidades cresceram atendendo a modelo perverso, que as segmentou em centro x periferia, sendo apenas o primeiro merecedor de melhor atendimento na prestação de serviços públicos. Essa

lógica dificulta e encarece o sistema de mobilidade a ser instalado, dificultando a concretização de vias e transporte de qualidade para a população que mais necessita. O alto custo do transporte atualmente penaliza a população carente quando a obriga a realizar longos deslocamentos a pé ou de bicicleta diariamente para chegar ao trabalho.

A política de mobilidade terá que estar articulada com as várias escalas de acessibilidade, dando ênfase aos deslocamentos cotidianos do cidadão e à infraestrutura e seus respectivos modais. Nesse sentido, deveremos prover uma revisão de prioridades, dando ênfase às calçadas, à acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, aos sistemas cicloviários e ao transporte coletivo, em detrimento do transporte motorizado individual. Da mesma forma, a hierarquização desses investimentos será estabelecida tendo como objetivo o atendimento do maior número de pessoas de menor renda e os bairros e assentamentos precários.

Uma política de mobilidade eficiente reduz o número de acidentes, contribuindo com a segurança no trânsito e diminuindo, dessa forma, a demanda pelo atendimento emergencial e de internação hospitalar na saúde. Mais ainda, a política de mobilidade baseada em ciclovias contribui com estilo de vida saudável que amplia a longevidade e é positivo para a área de saúde igualmente. De onde se depreende a importância dessas políticas setoriais e sua relação com as demais políticas públicas, pois a sua eficiente execução contribui com resultados positivos em diversas outras áreas.

A mobilidade urbana é outra política de responsabilidade dos municípios, segundo a Constituição Federal, mas cabe ao Estado apoiá-los. Quanto à mobilidade metropolitana, esta ação deve ser realizada por meio de parceria entre o Estado e os municípios metropolitanos, atendendo ao interesse comum estabelecido pela Lei 359/2009, que criou a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

As obras de infraestrutura urbana iniciadas para viabilizar o sistema integrado de transporte coletivo da região metropolitana se encaixam nessa situação e serão objeto de ação em parceria com os municípios, da mesma forma que a instalação do modal Veículo Leve Sobre Trilhos- VLT. Primeiro, para finalizar eventuais obras sem conclusão, mas principalmente para buscar as ações que viabilizem que a população receba a instalação do sistema de transporte coletivo integrado de modo a fornecer os serviços previstos com a qualidade necessária.

No que se reporta à mobilidade urbana, tratada no âmbito das políticas de cada município, entendemos que o Estado deverá oferecer a assessoria técnica necessária ao seu planejamento e gestão, atendendo aos parâmetros que garantam qualidade de vida e a integração com outras políticas de desenvolvimento urbano. Por outro lado, ao saber que investimentos em mobilidade urbana resultam em trânsito seguro, reduzindo o número de acidentes e minimizando os impactos na política de saúde, entendemos ser importantes as ações em parceria que contribuam com qualidade de vida para os cidadãos de Mato Grosso.

COMPROMISSOS NA POLÍTICA URBANO-REGIONAL E METROPOLITANA

- . Concluir as obras de infraestrutura da Copa do Mundo da Fifa que restarem inacabadas na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, exigindo respeito aos cronogramas e contratos.
- . Apoiar os municípios no planejamento da mobilidade urbana, com ênfase nos sistemas coletivos de transporte e não motorizados.
- . Fortalecer ações de mobilidade urbana embasadas em práticas saudáveis com uso de ciclovias.
- . Elaborar e implementar Plano Diretor Integrado Metropolitano, apoiado em planos setoriais articulados.
- . Fortalecer a atuação da Agência Metropolitana para efetivar as políticas de interesse comum.
- . Fortalecer o Controle Social na gestão da Política Metropolitana.
- . Elaborar e implementar Plano de Mobilidade Metropolitana indispensável ao deslocamento fácil e acessível da população na Região Metropolitana e seu entorno constituído.
- . Definir as competências e titularidades no âmbito da gestão estadual, para a promoção do desenvolvimento regional.
- . Elaborar a política de desenvolvimento regional e instituí-la como política de estado.
- . Organizar instâncias regionais de planejamento e gestão.

EIXO 4

ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR

INTRODUÇÃO

O grande desafio para Mato Grosso no campo econômico é superar o dilema perverso do “pobre estado rico”. Temos uma economia com setores produtivos pujantes, na vanguarda da competitividade mundial, em vários setores da produção primária que são cada vez mais importantes no comércio internacional. Esta riqueza, porém, não alcança toda a nossa gente: ao lado desses núcleos dinâmicos, temos uma grande parte da população com poucas oportunidades de emprego e geração de renda, e uma estrutura de serviços públicos pouco mais que precária. São desigualdades inter-regionais e intrarregionais.

O eixo econômico tem o desafio de transformar essa realidade da economia de nossa terra e, ao mesmo tempo, viabilizar os recursos para que o governo estadual possa prover os serviços públicos indispensáveis à garantia da cidadania e da justiça social, auxiliando os municípios a realizarem também a sua parte.

A concentração econômica na agropecuária de exportação acarreta alguns problemas. Mato Grosso ainda recebe pouco valor agregado nas vendas que faz ao país e ao exterior, ficando com uma parcela pequena do valor do produto final da transformação de seus bens exportados. Do ponto de vista do emprego, a moderna exploração agropecuária é bastante mecanizada e pouco intensiva em trabalho, levando a que o seu crescimento acarrete baixa absorção de mão-de-obra. Por fim, o risco de variações cambiais e a volatilidade dos preços nesses mercados ainda traz riscos de variações bruscas na renda disponível ao setor produtivo do estado.

No entanto, o caminho da transformação econômica não é limitar ou inibir a agropecuária, que é a base do nosso maior potencial de desenvolvimento. Ao contrário, devemos aproveitar o impulso dinâmico desse segmento para colocar em movimento outros setores econômicos capazes de agregar valor ao produto exportado, reduzir custos de transporte e logística, gerar emprego e renda dentro do estado.

Para isso, é preciso fortalecer o Estado de Mato Grosso como agente formulador de políticas, recuperando sua capacidade financeira e, sobretudo seu papel regulador. É muito claro que não caberá ao governo estadual o papel tradicional de indutor do crescimento por via do aumento da despesa pública: nem as condições das finanças públicas da União e do Estado o permitem, nem será este o fator crítico de sucesso. Cabe ao Estado, essencialmente, prover o ambiente de negócios para a competitividade (segurança jurídica, regulação adequada, coordenação das ações das empresas) e, sobretudo agir no desenvolvimento social para que a riqueza econômica seja compartilhada por todos os mato-grossenses. Isso também permitirá que o setor produtivo possa contar com fatores imprescindíveis à competitividade, tais como o capital humano e a preservação ambiental. Quer-se um Estado que não seja nem uma fonte de favorecimentos nem uma mera couraça burocrática que atrapalhe o setor produtivo. Em suma, o Estado atuando como parceiro do empreendedor, fazendo a sua parte para que empresas e trabalhadores possam gerar riquezas.

Nesse sentido, todos os Eixos do programa de governo têm relação com a economia, tanto pelo fato de que as políticas setoriais dependerão de recursos para serem realizadas quanto pelo efeito que bons resultados em educação, saúde ou infraestrutura terão no desempenho econômico. Este capítulo do programa contém, em especial, os diagnósticos e medidas específicos de política econômica, financeira e tributária que consideramos imprescindíveis para atingir esses objetivos.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

SITUAÇÃO ATUAL

Distorções e ineficiência fiscal

A atividade tributária do Estado tem as finalidades de prover os recursos para a prestação dos serviços públicos e, no que for compatível com isso, favorecer as condições de competitividade das empresas na economia regional. A atual política tributária do governo estadual não faz nem uma coisa nem outra. Por isso recebe neste eixo um diagnóstico extenso e um leque ousado de propostas de governo.

Do ponto de vista da arrecadação, os resultados têm sido preocupantes nos últimos anos. Como já apontamos, a arrecadação federal no Estado de Mato Grosso cresceu 104% entre 2009 e 2013, muito acima do crescimento verificado para o conjunto do país, que foi de 63% - o que revela uma pujante expansão da economia regional. No entanto, a arrecadação do principal tributo estadual, o ICMS, cresceu apenas 48,6%, muito abaixo da média nacional e dos demais estados do Centro-Oeste.

Esta redução da arrecadação não pode ser explicada apenas pela isenção de tributos de que se beneficiam as exportações. De fato, as razões para o péssimo desempenho arrecadatório residem principalmente na concessão indevida de benefícios fiscais, bem como em deficiências estruturais da atividade administrativa de arrecadação. No caso dos benefícios vários têm sido utilizados exclusivamente para favorecer umas poucas empresas com menos tributos, sem qualquer retorno à economia estadual.

COMPROMISSOS NA POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Incentivar em função do interesse público comprovado

É verdade que as distâncias, o isolamento geográfico e o menor desenvolvimento relativo fazem com que algum tipo de compensação tributária de desvantagens competitivas seja necessário ainda por algum tempo para atividades que realmente gerem valor para a economia do Estado, em projetos que representem novos investimentos e geração de empregos. No entanto, o que se tem hoje em Mato Grosso é praticamente o contrário disso. O resultado acumulado das distorções aqui apontadas é uma estrutura de supostos incentivos fiscais que apenas reduz os recursos do Estado sem impactos significativos de emprego, renda ou investimento.

Em outras palavras, a concessão de benefícios fiscais deve ser um instrumento de política fiscal voltado à promoção do desenvolvimento, para adoção pela União e pelos Estados brasileiros visando à redução de desigualdades sociais e regionais, a promoção de crescimento setorial, a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando o aumento da competitividade estadual.

Fica clara a necessidade de profundas modificações no âmbito tributário estadual. Todas essas alterações são minuciosas e exigirão um extenso trabalho de desenvolvimento normativo e aplicação administrativa, sendo lançadas de imediato e concretizadas a médio prazo, ao longo dos quatro anos de governo. Afinal, foram muitos anos de distorções acumuladas, que exigirão um processo sustentado de reforma tributária que garanta a competitividade de nossas empresas e a equidade fiscal entre os nossos contribuintes. Em todas as medidas propostas, há uma premissa comum: a concessão de qualquer benefício fiscal somente se justifica se e quando a vantagem a ser gerada pelo uso privado de recursos da sociedade seja maior do que o uso público desses recursos.

- Consolidar, melhorar a qualidade da redação e dar segurança jurídica à legislação e aos regulamentos estaduais.
- Promover uma revisão da política de incentivos fiscais do Estado, cuja importância reconhecemos, dentro das premissas da legalidade tributária, da vinculação a objetivos concretos de criação de emprego e renda para cada benefício concedido e da impessoalidade (sem favorecimentos individuais a contribuintes privilegiados), respeitando os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, tudo dentro da legalidade.
- Investir na estruturação da inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal.
- Divulgar de forma detalhada e clara as metodologias e dados utilizados para o cálculo da receita estimada no orçamento.

- Simplificar e unificar os procedimentos de cumprimento das obrigações tributárias e registra-
rais das empresas junto ao Estado.

LOGÍSTICA

SITUAÇÃO ATUAL

Gargalo para a produção econômica do Estado

Poucos problemas são tão críticos para a economia mato-grossense quanto a logística de transportes. Nossa economia está centrada na exportação – para o restante do país e para o exterior – de enorme volume de bens agropecuários, requerendo também a importação de insumos em grandes quantidades e de produtos de consumo. Para manter a competitividade, portanto, a capacidade de transportes é um fator absolutamente crítico. Pela sua localização mediterrânea, o Estado depende ainda da disponibilidade de infraestrutura em outras regiões para que seus produtos alcancem os mercados de destino.

A infraestrutura de transportes mato-grossense está, no entanto, baseada no modal mais inadequado para as necessidades da economia, o rodoviário, e mesmo esse modal está em verdadeiro colapso físico. Além disso, os principais eixos de transporte hoje direcionam a carga para o sul, dependendo da congestionada infraestrutura de rodovias, ferrovias e portos do Sudeste. Ainda que parte desse movimento seja inevitável para alcançar grande parte do mercado brasileiro, é urgente abrir para o Estado a direção norte, canalizando suas cargas quer para os portos amazônicos, quer para os acessos permitidos pela Ferrovia Norte-Sul.

A recuperação da rede rodoviária estadual tem um duplo papel: de um lado, é ela que tem de agir como alimentadora das cargas que precisam chegar das regiões produtoras aos grandes corredores de transporte; de outro, é pela rodovia estadual que se garante o acesso aos municípios do estado, dando a todo mato-grossense o direito real de ir e vir.

COMPROMISSOS

NA LOGÍSTICA

- Lutar pelo início ou conclusão das obras de responsabilidade federal que constituem os corredores principais de transporte para fora do Estado.
- Gerir junto aos órgãos competentes os desafios jurídicos-ambientais para consolidar a inequívoca vocação da hidrovia do rio Paraguai - espinha dorsal do Mercosul.
- Aproveitar o potencial energético na bacia Teles-Pires-Juruena-Tapajós, que deverá se constituir em vetor da viabilização do transporte hidroviário através da construção de eclu-

sas, que estabelecerá uma excepcional via de escoamento da produção de grãos agrícolas do norte de Mato Grosso.

- Definir a rede básica do Tratado de Cooperação da Amazônia - TCA, feita de comum acordo por signatários de todos os países amazônicos, que constituirá um sistema de transporte multimodal que deverá mudar a feição do transporte no continente.
- Dar continuidade ao processo de execução do planejamento ferroviário do Governo Federal consubstanciado na implantação do trecho ferroviário Rondonópolis-Cuiabá, necessário para expansão do polo industrial de transformação da Baixada Cuiabana, pela vantagem de viabilizar a carga de retorno.
- Trabalhar pela implantação do trecho ferroviário da ALL Alto Araguaia-Uberlândia, que estabelecerá a conexão da produção regional de Mato Grosso com o complexo portuário de Vitória, e o prosseguimento do projeto da Ferrovia de Integração Centro-oeste (FICO), que garantirá a integração com o sistema ferroviário de bitola larga através da Ferrovia Norte-Sul.
- Promover conjunto de medidas para melhorar a performance do Sistema de Logística e Transporte nos diversos corredores de produção do estado.
- Promover ações para a melhoria e adequação da rede de armazenagem existente para ampliar o prazo de escoamento dos grãos, evitando os picos críticos que levam os sistemas de transportes à exaustão.
- Viabilizar recursos para custeio da produção, permitindo assim que os insumos empregados na preparação da terra e do plantio sejam transportados no retorno dos veículos empregados no escoamento da safra, contribuindo para a redução dos custos de transportes.
- Estimular a participação da iniciativa privada para contribuir com a recuperação do material rodante, material flutuante e manutenção do equipamento portuário, tendo como contrapartida a redução das tarifas.
- Estabelecer uma coordenação centralizada das atividades de cada corredor com as ferrovias, centrais de fretes rodoviários, hidrovias e portos para programar a operação multimodal em direção aos portos.
- Pavimentar as rodovias estaduais cuja situação atual constitua entrave ao escoamento da produção e circulação em geral.
- Concentrar recursos estaduais para começar e acabar as obras no sistema rodoviário estadual.

FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO E POLÍTICAS SETORIAIS

SITUAÇÃO ATUAL

Pouco aproveitamento das oportunidades geradas pela expansão agropecuária e pequena diversificação das fontes de emprego e renda

O setor agropecuário, centro dinâmico da economia mato-grossense, tem demonstrado incrível capacidade gerencial e de inovação, expandindo as fronteiras agrícolas do país e contribuindo significativamente para o equilíbrio da balança comercial brasileira. Tamaña expansão provocou ao longo do tempo desequilíbrios no campo ambiental, que vêm nos últimos anos sendo enfrentados pelo conjunto do setor de forma a atingir ao incremento de seu potencial produtivo à luz de critérios de sustentabilidade.

Agropecuária e proteção ambiental têm de ser desenvolvidos simultaneamente, e o Estado deve apoiar, incorporar e fomentar as muitas iniciativas já em andamento por parte da agricultura empresarial de Mato Grosso. Isto se torna ainda mais crítico quando se constata, com grande expectativa, que o Estado ainda apresenta um excepcional potencial de crescimento tanto na produção de produtos primários como no processo de agroindustrialização e de agregação de valor às suas matérias primas, seja nas culturas tradicionais ou na diversificação de sua matriz de produtos.

Em termos de potencial, a pujança do agronegócio não pode ofuscar a importância da agricultura familiar, responsável por grande parte do valor da produção agrícola e pela maior parte do emprego gerado. Mato Grosso tem uma vigorosa agricultura familiar produzindo especialmente grãos (arroz, feijão e milho), frutas (banana, abacaxi), legumes e verduras, mandioca, leite, peixes, produtos apícolas e frango tipo “caipira”. Longe de competir com a grande produção empresarial, a agricultura familiar é uma atividade que deve completar a estrutura da produção rural mato-grossense, aproveitando as oportunidades abertas pela elevação da renda exportadora e pela urbanização dela decorrente.

Já os setores de comércio e serviços respondem por mais de 50% do PIB estadual, geram 48% dos empregos formais no Estado e representam 65% do faturamento tributável do ICMS, respondendo por 84% da arrecadação desse tributo. São 65 mil empresas, equivalente a 83% do universo empresarial de Mato Grosso. Um setor, portanto, fundamental na economia estadual e, por isso mesmo, deverá ser protagonista de qualquer política de fomento econômico que se pretenda para Mato Grosso.

Dentro do setor serviços, um segmento de excepcional importância é o turismo. Mato Grosso tem um dos maiores potenciais turísticos do Brasil, e hoje já apresenta destinos com altos níveis de visitação. Esses destinos pedem, desde hoje, ações de sustentação de curto prazo para sua consolidação e superação de alguns problemas da infraestrutura básica e de apoio turístico. Outro conjunto de municípios tem grande potencial, especialmente destinos de pesca, de sol e praia, que também agregam elementos de apelo natural e/ou cultural, mas permanece sem a devida estruturação.

Portanto, a intervenção do Estado no mercado turístico deve apoiar os mercados atualmente já maduros, mas sem perder de vista os novos destinos que aproveitem o potencial natural e cultural que privilegia os mato-grossenses, numa dimensão de interiorização e diversificação dos destinos. Também nessa esfera o Estado tem um papel não apenas de executor da sua parcela de responsabilidade, mas também de promotor e cooperador do papel dos municípios.

Por fim, a diversificação econômica exige a atenção a um crescimento industrial adequado. A indústria estadual, em seus segmentos extrativo mineral, de transformação, de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública, é responsável por aproximadamente 18% do PIB mato-grossense, ou seja, é o setor com a menor participação nas atividades econômicas estaduais. Internamente, tem a indústria de transformação da produção primária ou agroindústria como seu segmento mais forte; contribui com 51% da riqueza gerada pela indústria.

No que se refere a sua organização interempresarial, essas atividades econômicas desenvolvidas no estado ainda apresentam cadeias produtivas não consolidadas e com baixo adensamento entre os diferentes elos do setor produtivo, embora alguns aglomerados produtivos já despertem interesse pela sua potencialidade (tais como madeira e móveis e agroindústria de processamento de aves e suínos, soja, milho, carne, leite e cana-de-açúcar).

COMPROMISSOS NO FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO E POLÍTICAS SETORIAIS

Nosso programa tem medidas de natureza tributária e de facilitação da vida empresarial que, sendo de caráter geral, beneficiam todos os setores aqui apontados. Adicionalmente, podemos formular políticas setoriais específicas que, aproveitando e apoiando a expansão autônoma do agronegócio de produção primária, garantam a sustentabilidade ambiental dessa expansão e induza à agregação de valor ao produto primário e a diversificação da base de geração de renda do Estado.

- . Explorar novas possibilidades locais de produção agropecuária com valor agregado.
- . Fortalecer a agricultura familiar, com disponibilização da assistência técnica, incentivando o associativismo e facilitando o acesso ao crédito, bem como reestruturar a EMPAER.
- . Estabelecer políticas industriais que agreguem valor aos produtos do agronegócio e que contribua para a melhoria da qualidade e dos custos de produção no setor.
- . Estabelecer política de incentivos fiscais que atenda a nova política industrial e que seja competitiva em relação às políticas de incentivos fiscais dos estados vizinhos.
- . Fortalecer a implantação de infraestrutura básica na ZPE – Zona de Processamento de Exportação de Cáceres.
- . Promover ampla divulgação da economia, potencialidade e infraestrutura de Mato Grosso em outros estados da federação e em países com os quais Mato Grosso não mantenha relacionamento comercial.
- . Viabilizar, definir e elaborar projeto de implantação de Parque Tecnológico.
- . Explorar a indústria do pescado, assim como as potencialidades da pesca esportiva como fator de atração do movimento turístico.
- . Ampliação dos conhecimentos geológicos e geofísicos.
- . Atrair investimentos internos e externos na área de mineração e assegurar os recursos para o planejamento setorial de médio e longo prazo.
- . Incentivar a agregação de valor da matéria-prima mineral no Estado.
- . Apoiar as pequenas unidades produtivas de base mineral.
- . Retomar os levantamentos geológicos e geofísicos, paralisados desde 2010.
- . Aplicar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e Recursos Hidricos para a geração de Energia, no Setor Mineral.
- . Formular agendas comuns com o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (Serviço Geológico do Brasil).
- . Viabilizar linhas de crédito e financiamento ao setor.
- . Investir na melhoria do produto turístico, com a recuperação de locais de interesse histórico, cultural e ambiental e o desenvolvimento de programas de qualidade de serviços e de infraestrutura de apoio ao turismo.
- . Divulgar de forma intensiva os produtos turísticos priorizados pela política estadual de turismo.
- . Recuperar e valorizar os atrativos turísticos de valor histórico, cultural e ambiental.
- . Desenvolver programas de qualidade de serviços turísticos e capacitação profissional no setor.
- . Melhorar o Sistema Estadual de Informação Turística com base para subsidiar as políticas e divulgar os produtos turísticos no mercado.
- . Fortalecer a capacidade de gestão turística do Estado, bem como da governança local dos destinos – esfera municipal.
- . Viabilizar projeto e obras civis de infraestrutura importantes para o setor turístico.

EIXO 5

GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARENTE E INTEGRADA

INTRODUÇÃO

Em Mato Grosso a crise na gestão pública não decorre da falta de ideias, nem de bons técnicos, mas sim da estrutura ineficiente descomprometida com o interesse público, da ausência da prática de planejamento e monitoramento das políticas, da desarticulação entre os diferentes órgãos e da apropriação da “coisa pública” por certos grupos. De concreto, todas estas práticas condenáveis levaram ao sucateamento da prestação dos serviços públicos essenciais, expresso nos preocupantes indicadores sociais que hoje são sentidos por toda a sociedade mato-grossense.

Neste contexto a sociedade tem buscado interagir com as esferas de decisão do governo e apresentado de forma contundente suas necessidades. Estas novas interações têm colocado à prova, todos os dias, a capacidade do governo em dar respostas rápidas às demandas crescentes da sociedade, e este será o nosso grande desafio.

CENÁRIO FISCAL

SITUAÇÃO ATUAL

Fragilidade financeira do Estado

É inevitável constatar e alertar aos mato-grossenses, com transparência e honestidade, que o Estado vive hoje uma situação fiscal frágil, com alto risco de dificuldades financeiras a curto prazo.

Do ponto de vista da despesa, o Estado tem sofrido há vários anos de insuficiência financeira corrente, ou incapacidade de fechar as contas ano a ano, situação sistematicamente apontada pelo TCE/MT.

Outro fator de risco na despesa é a seguridade social dos servidores, com grandes déficits atuarial e corrente projetados para o futuro imediato. A tendência desse déficit é aumentar, mesmo com a criação de um regime de previdência complementar, uma vez que esse novo regime alcança apenas os

novos servidores ingressantes após a sua criação, enquanto o regime antigo vai tendo uma proporção maior dos seus integrantes como aposentados ou pensionistas ao longo do tempo.

Já a evolução da receita revela uma enorme lacuna entre o potencial de arrecadação da economia do Estado e o que efetivamente é recolhido aos cofres estaduais. A arrecadação federal em Mato Grosso cresceu 104% entre 2009 e 2013 (muito mais do que no resto do país, onde cresceu apenas 63%), mas o nosso ICMS recolhido cresceu apenas 48,6%. Esse número por si próprio mostra que a atuação do Estado no campo tributário tem sido insuficiente para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Estas situações põem a descoberto a situação de fragilidade financeira do Estado de Mato Grosso. Não se trata de insolvência ou inviabilidade financeira – ainda que exija correção imediata para não se encaminhar para isso. Apenas é preciso apontar, com serenidade e firmeza, que os recursos disponíveis para as políticas públicas serão, nos próximos anos, menores que os atuais, o que exige uma reestruturação profunda do perfil da receita e da despesa do Estado.

A reestruturação a ser realizada deve aproveitar os fatores econômicos favoráveis ao Estado de Mato Grosso: um cenário de crescimento do comércio internacional augura que a atividade agroexportadora deve continuar em alta, diminuindo o impacto de uma eventual desaceleração interna da economia após as eleições. Também a pauta da produção agropecuária tem incorporado crescentemente culturas com maior participação do mercado interno e maior possibilidade de agregação local de valor. Assim, existe a necessidade urgente de reestruturação financeira da gestão estadual, mas existem também os pressupostos econômicos que permitem essa reestruturação bem sucedida.

COMPROMISSOS NO CENÁRIO FISCAL

- Concentrar recursos nas áreas-chave da prestação de serviços à população.
- Promover a revisão da atual estrutura de fundos vinculados ao orçamento estadual, simplificando a estrutura orçamentária.
- Reduzir a complexidade do regime tributário estadual e a instabilidade das normas, de forma a criar uma relação equilibrada e transparente com o contribuinte e a garantir a segurança jurídica nas relações tributárias.
- Reestruturar a administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo.
- Neutralizar os eventuais estímulos à sonegação e à inadimplência.
- Investir em serviços de informação e inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal, potencializando o

aumento da arrecadação do ICMS sem aumentar a carga nominal, o que possibilitará a redução da carga tributária para micro e pequenas empresas.

- Estabelecer programas de incentivos ao consumidor para exigência da nota fiscal nos moldes da nota fiscal paulista.
- Ampliar e unificar os canais de transparência do Estado, com simplificação e facilitação do acesso da população aos dados orçamentários, financeiros e administrativos de todo o Estado.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO ATUAL

Limitação da capacidade gerencial e administrativa do Estado

Diante das demandas pela prestação dos serviços públicos básicos (saúde, educação, segurança, entre outros) e a insatisfação com a execução dos projetos de infraestrutura urbana, ficaram evidentes as deficiências do governo em planejar, gerir e fiscalizar as ações de forma a garantir o cumprimento de prazos, qualidade de obras, aplicação de recursos e, conseqüentemente, não alcançou os resultados pretendidos e prometidos.

A realidade atual revela muitas fragilidades e constitui argumentos que reforçam a urgência em remodelar a estrutura existente, criando mecanismos gerenciais adequados à dinâmica e complexidade dos problemas sociais da atualidade. Por estes motivos, a eficiência da gestão e a sua transparência constituem pontos fundamentais do compromisso que assumimos, são os elementos que sustentarão o cumprimento das propostas deste plano. Estes aspectos objetivam a modernização do “ambiente institucional” para que o governo se habilite a gerir as políticas públicas, tendo em perspectiva a agilidade na execução das ações, a eficiência na composição dos recursos financeiros, nos gastos e na aplicação de recursos, a eficácia das medidas tomadas e, principalmente a efetividade na solução dos problemas e atendimento das demandas da sociedade.

É visível a necessidade de reorganizar o sistema de planejamento e gestão, para que o próximo governo possa exercer todo o processo do ciclo gerencial das políticas. É importante que se estabeleçam mecanismos capazes de sustentar a formulação e a execução das ações, com controle rotineiro e sistemático sobre os resultados, para que se ampliem os esforços e otimizem os recursos disponíveis.

Desse modo a excelência na gestão das políticas públicas pressupõe a atuação de um Estado competente e transparente, tendo em perspectiva a agilidade na execução das ações; a eficiência na composição e aplicação dos recursos financeiros com equilíbrio fiscal; a eficácia das medidas tomadas e, principalmente, a efetividade na solução dos problemas e atendimento das demandas da sociedade, desde que se organize para isso. Neste processo é necessário elaborar planos integrados, estratégicos, com rotinas de monitoramento para substituir os planos setoriais desarticulados, ob-

tendo, assim, maior convergência entre objetivos e os esforços despendidos, subsidiando as tomadas de decisão dos gestores e a revisão sistemática dos eixos estratégicos.

Portanto, propomos que se ‘desenhe’ o processo e se organizem os desdobramentos dos trabalhos de forma que as prioridades sejam sempre vinculadas a uma base estratégica, pois a ela caberá a orientação do desenvolvimento do ciclo de gestão das políticas, materializadas nos programas e ações dos instrumentos formais de governo (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA). Neste caso o enfoque pretendido é modificar a forma de atuação da administração pública, adquirindo instrumentos aliados a novas metodologias de trabalho.

Nesse aspecto, o propósito é desenhar a “arquitetura” adequada para o funcionamento do novo modelo de gestão, estabelecendo as bases, os meios e as ferramentas necessárias ao processo de trabalho, tanto para os procedimentos orientados à formulação como para as rotinas de monitoramento das ações, contidas nos planos de trabalho anuais - que consubstanciam os orçamentos - e de avaliação das políticas refletidas na base estratégica. Logo, se faz necessária a articulação e integração institucional e a organização da rede de gestão.

Por conseguinte, o objetivo aqui proposto é o de redesenhar o modelo de gestão do governo, no médio e curto prazos, orientado pela eficiência da execução das políticas públicas para que reflitam na melhoria constante da qualidade de vida do povo de Mato Grosso. Este modelo será pautado nos pilares consagrados de gestão pública e articulação com a sociedade, com planejamento e intervenção efetivamente coordenados e integrados, conforme a realidade mato-grossense.

O êxito de tal missão dependerá da capacidade do governo de formular e executar bons projetos, do apoio dos demais poderes do Estado e da participação do povo mato-grossense. Os procedimentos de articulação com a sociedade, bem como de promover mais transparência às ações de governo, são pontos que balizam esta proposta, pois a sociedade desenvolve um papel-chave quando fornece contribuições para a escolha das políticas, priorização das ações e avaliação do desempenho do governo. Todo o processo que compõe o ciclo de gestão contemplará espaços de discussão com a população por meio de mecanismos que serão estabelecidos para isso.

COMPROMISSOS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para alcançar a eficiência administrativa preconizada, algumas medidas de caráter sistêmico na esfera da gestão pública se fazem necessárias, para transformar a natureza do fazer administrativo e permitir à máquina estadual produzir resultados com os recursos escassos com que vai ter que contar.

- . Instituir novo modelo de gestão por meio das seguintes ações:
- . Redesenho e fortalecimento do sistema de planejamento e gestão.
- . Reorganização da rede de parceiros para a operacionalização do modelo de gestão.
- . Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais.
- . Adoção de conceitos e métodos de visão estratégica.
- . Adoção da capacitação e aperfeiçoamento sistemático dos atores.
- . Adoção de contratos para a formação de pactos e estabelecimento de responsabilidades para o gerenciamento das ações e cobrança do cumprimento das metas, nos diversos níveis gerenciais.
- . Adoção de reuniões gerenciais sistemáticas, nos diversos níveis da organização gerencial, para o acompanhamento dos contratos firmados com base nos instrumentos de monitoramento das metas e resultados.
- . Democratização do processo para que possibilite a transparência da gestão e a participação da sociedade nas decisões tomadas e na definição de prioridades.
- . Resgate das atividades de pesquisa e estudos exercidas pela extinta Fundação Cândido Rondon, como processo para a avaliação dos resultados das políticas através dos estudos sistemáticos dos indicadores econômicos, sociais e ambientais.
- . Descentralizar amplamente as estruturas e o poder de decisão dentro do aparelho administrativo do Estado, e reforçar a descentralização das políticas públicas mediante parcerias com municípios e consórcios intermunicipais.
- . Incentivar a participação da sociedade na definição de prioridades, na elaboração e execução das políticas, fortalecendo a função da ouvidoria.
- . Fomentar atividades de pesquisas e estudos essenciais ao monitoramento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais que norteiam as políticas.
- . Integrar, na maior extensão permitida pelas condições fiscais, a programação financeira do Tesouro e a gestão de compras, de forma a poder definir nos editais de compras de bens e de contratação de serviços os prazos exatos de pagamento das obrigações contratadas e fornecidas, e cumprir esses prazos, dando credibilidade ao Estado como cliente junto aos seus fornecedores.
- . Desenvolver um portal de compras estadual, automatizando o processo de licitação e compras governamentais.
- . Valorizar o servidor de carreira, com gestão baseada na meritocracia.
- . Reduzir os cargos de nomeação política.
- . Definir e cumprir as datas de pagamento nos editais de compras de bens e de contratação de serviços, de forma a conquistar a confiança dos fornecedores de bens e serviços quanto à segurança e pontualidade dos pagamentos no âmbito do Governo do Estado.
- . Concepção de um banco de dados estadual com as informações resumidas das compras, quais sejam: especificação do produto e serviço com codificação única no âmbito do Estado para produtos e serviços idênticos ou similares, de acordo com o grau de similaridade; valor pago por unidade de medida definida; data da aquisição; data prevista para o pagamento e data do pagamento.

- . Promover a gestão transparente, eficiente e integrada com a utilização de boas práticas em Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio para garantir monitoramento das metas prioritárias de governo.
- . Garantir a articulação dos recursos públicos com a gestão orçamentária e financeira focadas em resultados claramente definidos, priorizados e comunicados à sociedade e a todos os níveis da administração pública.
- . Fortalecer a capacidade de planejamento e gestão setorial.
- . Estabelecer mecanismos de pactuação e responsabilização do cumprimento de resultados, através do fórum permanente de monitoramento e avaliação do cumprimento de metas a serem realizados com todos os secretários de governo e destes com suas respectivas equipes.
- . Dar condições e cobrar de todos os níveis da organização pública a prática de reuniões gerenciais focadas no cumprimento das metas e resultados.
- . Resgatar o papel da Escola de Governo como propulsora do desenvolvimento profissional, envolvendo não apenas os agentes que operam as políticas públicas, mas também os que tomam as decisões.
- . Garantir a implantação, de fato e de direito, da Gestão por Programas em Mato Grosso.
- . Implantar os processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas de governo, visando mantê-los atualizados e integrados às demandas da sociedade mato-grossense.
- . Fortalecer a função de planejamento do Governo de Mato Grosso, de forma a garantir a integração não apenas formal, mas, sobretudo orgânica dos planos de ações de governo, evitando a duplicidade de esforços e recursos.
- . Instituir no Governo do Estado o processo de estudos, pesquisas e análise, permanente, como subsídio para a formulação e execução das políticas públicas.
- . Fortalecimento, através da colaboração técnica, das ações do Governo Estadual com os Municípios e União.
- . Promover o alinhamento do controle interno com o planejamento e avaliação dos resultados.
- . Fortalecer os canais de ouvidorias.
- . Fortalecer a estrutura central de controle interno do Estado em recursos e estratégia, potencializando o seu papel na prevenção da corrupção e do desperdício.

COLABORADORES DO PLANO DE GOVERNO

COORDENAÇÃO POLÍTICA:

ADRIANA VANDONI

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA – ALBERTO PASQUALINI / MATO GROSSO

COORDENAÇÃO TÉCNICA GERAL:

RITA DE CASSIA OLIVEIRA CHILETTO

COORDENADORES DOS EIXOS ESTRUTURADORES:

Carlos Correa Ribeiro Neto

Claudio Santos de Miranda

Eduardo Chiletto

Reinhard Ramminger

FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS PARCEIRAS:

Fundação Astrogildo Pereira - PPS

Fundação Herbert Daniel – PV

Fundação João Mangabeira – PSB

Fundação Liberdade e Cidadania - DEM

Instituto Teotônio Vilela – PSDB

MOVIMENTOS PARTIDÁRIOS:

Movimento da Juventude

Movimento da Mulher

Movimento Negro

ULB – Universidade Aberta Leonel Brizola

COLABORADORES:

Adair José de Moraes
Alfredo Tomoo Ojima
Aluizio Leite
Ana Flávia Oliveira Aquino
André Barcelos
Andrea Maria Gonzaga
Antonimar Marinho dos Santos
Antonio Carlos da Paixão
Antônio Carlos Máximo
Antônio Lourenço
Antônio Santana da Silva
Arnoldo Zeggi
Bruno Galindo
Caiubi Kuhn
Carlos Guilherme Dorileo Leite
Carlos Américo M. Marchi
Carlos Antonio de Borges Garcia
Carlos Correa Ribeiro Neto
Carlos Oseko
Claudio Santos de Miranda
Clebiano Nogueira
Cleusa A. G. P. Zamparoni
Edivan Pinto de França
Eduardo Chiletto
Eduardo Figueiredo Abreu
Eldemir Pereira de Oliveira
Elias Januário
Evandro José da Silva
Fernando Pael
Flávio Fernando da Costa
George Ribeiro
Giseli Dalla Nora
Guilherme Benitez
Gustavo Coelho Pinto de Oliveira
Hermes Paiva Serra
Humberto Fernando
Ivo Leandro Dorileo
Jacy Proença
Jaime Okamura

Jaime Okamura
José Orlando Muraro Silva
Kelson Panosso
Laurindo Junior
Leoncio Pinheiro da Silva Filho
Haroldo Klein
Ivanilde Rigo
Luceni Grassi
Luciana Oliveira Moraes
Luciane Bertinatto Copetti
Luiz Miguel de Miranda
Marcelo Pina
Marco Aurélio Bertúlio
Marcos Glueck
Maria Auxiliadora de Azevedo Coutinho
Maria Luiza Ortiz Nunes da Cunha
Mauren Lazzaretti
Murilo Amorim
Nilva Maria Fernandes de Campos
Onélia Carmem Rossetto
Paulo Barros
Paulo Henrique Proença de Barros
Paulo Ronan
Regina Lúcia Borges Araújo
Reinhard Ramming
Renata Cabrera
Richard Souza
Rodrigo Vandoni de Moura
Romildo Gonçalves
Sandro Squarezzi
Solimara Ligia Moura
Suzana Rondon
Terezinha Paes de Arruda
Thelma de Oliveira
Thomaz Lipparelli
Valdeilton Pereira
Vera Ferreira de Arruda
Waldir Bertulio
Willy Taborelli